

2.

As propriedades das passivas e questões para a aquisição

2.1

Apresentação

Ao se discutir a aquisição das propriedades pertinentes a uma dada estrutura, antes de tudo, é preciso que se questione o que essa estrutura tem de especial; no que ela se diferencia das demais; que tipo de desafios traz, tanto do ponto de vista teórico, como para o procedimento conduzido pela criança que terá de adquiri-la. Em outras palavras, pesquisadores interessados na caracterização do conhecimento linguístico - seja na representação desse conhecimento durante a aquisição, seja em relação aos processos envolvendo a derivação de sentenças em tempo real - devem perguntar-se o que é crucial para a representação dessa estrutura no conhecimento; como é o processo conduzido pela criança diante do material linguístico do qual deverá extrair essa informação dita essencial para a aquisição; em que estado do desenvolvimento a utilização dessa sentença em tempo real é viável e pouco suscetível a erro.

Em um trabalho sobre aquisição de língua, portanto, não se pode perder de vista as peças que constituem o que quer que seja essa língua. Em particular neste capítulo, as peças definidoras do que quer que seja a passiva verbal são apresentadas, o que justifica a presença do capítulo em questão nesta tese.

As sentenças passivas constituem um fenômeno que desperta o interesse de variados campos de estudos da linguagem. A literatura não dispõe, contudo, de uma definição abrangente a tal ponto que seja capaz de capturar a natureza desse fenômeno nas mais diversas línguas. Ademais, o "fenômeno da passiva" parece possuir um caráter tão amplo e tão heterogêneo que tem-se tornado comum na literatura a junção de diversas estruturas sob esse mesmo conceito (entre elas, estruturas de tópico, cópulas estativas, resultativas, pseudo-passivas, entre outras) (cf. KYPARSKY, 2013; GABRIEL, 2001).

Dos objetivos desta tese, vistos na introdução, consta a investigação das propriedades mais mínimas necessárias para a identificação e representação das passivas verbais no conhecimento linguístico. Deixou-se claro, também, o desejo de se explorar como a criança seria capaz de colocar esse conhecimento em uso e

quais seriam as contingências específicas das tarefas linguísticas envolvendo passivas, fazendo-se necessário abordar como a apreensão de variações semânticas e situações eventuais do discurso poderiam interferir no reconhecimento pleno de uma passiva e na condução da computação da mesma em tempo real.

Em vez de se oferecer uma definição estrita do que seja o *fenômeno passivo*, apresentam-se, portanto, as características da passiva em seus diferentes níveis. Consideram-se, no âmbito desta investigação, desde os atributos mais básicos dessas sentenças (seus aspectos morfológicos e sintáticos) até os mais abrangentes informacionalmente (seus aspectos semânticos e pragmáticos). Tudo isso sem que se imponha uma visão que poderia tornar-se, deliberadamente ou não, excludente.

Pretende-se propor, a partir daqui, uma argumentação que faça emergir qual a identidade da passiva verbal e qual(is) propriedade(s) de interface com o sistema estritamente linguístico viria(m) a ser relevante(s) para que a criança represente essa informação identificadora da passiva no conhecimento. Além disso, discutem-se peculiaridades no uso de passivas que também poderão interferir no processamento dessas estruturas em tempo real.

Segue, então, a maneira como este capítulo está organizado. Na próxima seção (2.2.), e em suas subseções, são apresentadas, com base na teoria linguística chomskyana, as propriedades sintáticas e morfológicas das passivas. Nela, deu-se maior relevo a duas análises clássicas desenvolvidas em consonância com o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995; trabalho subsequente), a de Boeckx (1998) e a de Collins (2005a). Ao final dessa seção, uma proposta minimalista mais recente é apresentada com base no trabalho de Lima Júnior e Augusto (2015).

Na seção subsequente (2.3.), abordam-se as questões semânticas e aspectuais, principalmente em relação à configuração temática das construções passivas em relação à ordem e à reversibilidade de papéis temáticos (subseção 2.3.1.). Discute-se, também, a relação entre auxiliares e participios na formação de passivas adjetivais (estativas e resultativas) e passivas eventivas (subseção 2.3.2.). Por último, possíveis restrições semânticas ao processo de passivação são contempladas (subseção 2.3.3.).

Na seção (2.4.), apresentam-se alguns estudos funcionalistas acerca das passivas (subseção 2.4.1.) e, também, como algumas dessas questões de

abordagem externalista podem ser contempladas numa teoria de língua-*I* (subseção 2.4.2.). Ao final, uma síntese é feita (2.5).

Esse capítulo é bastante longo na sua tentativa de reunir tantas dimensões da linguagem em relação ao estudo de passivas. Por isso, ao final de quase todas as seções, as propriedades e questões mais prementes para a continuidade da leitura da tese são ressaltadas. Como se apresentou, existe uma lógica de apresentação, partindo dos aspectos mais básicos das passivas até os mais amplos informacionalmente. No entanto, cada seção foi concebida para ser, em certa medida, independente, o que favorece a leitura isolada de seções que possam ser mais relevantes para o leitor.

2.2

As passivas e suas propriedades morfológicas e sintáticas

O modelo de regras de Chomsky (1957), nos primeiros passos da Teoria Linguística Gerativa, é pioneiro ao tentar formalizar as principais propriedades estruturais da passiva verbal fora de uma abordagem normativa. Observa-se no modelo de 57, uma preocupação em descrever entidades aparentemente típicas, tais como o auxiliar (AUX) e o morfema (-en), além, é claro, do *by-phrase*. Este último um sintagma preposicionado com valor temático de argumento externo, que é como se tem chamado, na perspectiva formal, *o agente da passiva*, nome atribuído pelas gramáticas normativas².

Haveria, de acordo com essa proposta inicial, uma suposta relação semântico-estrutural direta entre sentenças ativas e passivas. Propunha-se que a geração de passivas ocorreria, então, a partir da aplicação de uma regra de "reescritura" sobre uma sentença base (S_1), gerando a passiva (S_2). Segundo essa visão, *se S_1 é uma sentença gramatical da forma $[NP_1-AUX-V-NP_2]$, então, a sequência S_2 correspondente, da forma $[NP_2-AUX + be + V-en-by + NP_1]$ é também uma sentença gramatical* (CHOMSKY, 1957, p.42/43).

Entretanto, não muito tempo depois (cf. CHOMSKY, 1973), ficaria claro que essa tal regra de reescritura não era satisfatória em virtude de discrepâncias

² O nome *by-phrase* será usado daqui em diante, uma vez que o nome *agente da passiva* é inadequado, tendo-se em vista que o valor semântico que o sintagma preposicionado pode assumir parece ser equivalente ao do papel que seria atribuído ao argumento externo do verbo.

entre sentenças com quantificadores do tipo *Every man loves a woman*. Esse tipo de sentença não pode ser entendido como a base direta para a sua suposta versão passiva *a woman is loved by every man*. Trata-se de sentenças semanticamente distintas. Em função de incongruências como essa, entre outras, promovem-se reformulações no sistema de geração de sentenças proposto pela teoria.

As dificuldades encontradas para tornar o modelo de gramática adequado, não apenas desde uma perspectiva descritiva, mas também explanatória (cf. CHOMSKY, 1965; 1981; 1986), exigiram novas propostas que negassem, de modo geral, a existência de regras específicas na geração de sentenças. Essas reformulações vão convergindo ao longo do tempo de modo a se conceber a gramática e a computação por ela realizada a partir da interação entre seus diferentes módulos; módulos esses que foram sendo especificados na construção da teoria gerativista que, por sua vez, percorreu um caminho de simplificação até reduzir todas as regras operacionais e filtros que vinham sendo propostos até então (cf. CHOMSKY, 1965; 1977) a uma só regra transformacional: *mova- α* (cf. CHOMSKY, 1981). No caso das passivas, a assunção de um mecanismo capaz de explicitar a alteração da posição do sintagma nominal (NP₂) para a posição de sujeito, denominada operação de movimento sintático, ganha, a partir de finais da década de 80, grande relevo em estudos de aquisição e de processamento de passivas (ver capítulo 3 desta tese, especialmente subseção 3.2.).

Nesse momento descrito no parágrafo anterior, surge ainda uma discussão que veio a ser da mais alta relevância nas propostas de análise sintática de uma passiva verbal: a *generalização de Burzio* (BURZIO, 1981; 1986). O trabalho conduzido por Burzio acabou por dar um norte à maioria das discussões acerca das passivas nesse novo momento da teoria (cf. JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERTS, 1989), repercutindo até mesmo em trabalhos recentes sobre os quais se discutirá mais adiante (cf. BOECKX, 1998; COLLINS, 2005a.; LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2015.).

Em Burzio (1986), discriminam-se duas classes de verbos intransitivos (inergativos e inacusativos)³ (ver também PERLMUTTER, 1978) cuja natureza

³ Verbos inergativos são aqueles cujo complexo verbal possibilita a marcação temática do argumento externo (O João pulou sem parar durante todo o show) e não possuem argumento interno, enquanto os verbos inacusativos têm o argumento interno marcado sem projetar um argumento externo (O menino nasceu ontem às 19:20). Essas diferenças intraclasse dos verbos

permite entrever uma relação entre a projeção do argumento externo (sujeito da sentença) e a atribuição de Caso acusativo. De acordo com essa perspectiva, *all and only the verbs that can assign a θ -role to the subject can assign accusative Case to an object. [subject = external subject (agent)]*⁴ (BURZIO, 1986, p. 178).

Nas passivas (ver exemplo 1), assim como nas inacusativas (ver exemplo 2), o Caso do argumento interno do verbo (o objeto lógico) será nominativo, o que significa afirmar que, como nas inacusativas, o verbo parece incapaz de atribuir Caso acusativo ao seu objeto. Por outro lado, diferentemente das inacusativas, as passivas exigem a representação sintática do argumento externo, independentemente da sua realização fonológica (1a.).

- (1) a. A carta foi enviada [*argumento implícito*].
 b. A carta foi enviada pelo rapaz.
 (2) A carta chegou.

A decisão de se representar sintaticamente o argumento externo mesmo quando esse permanece fonologicamente implícito é defendida em diferentes tratamentos formais para o fenômeno (WILLIAMS, 1987; JACKENDOFF, 1987; JACKENDOFF e CULICOVER, 2003) (ver os exemplos em (3-4)).

- (3) *O copo quebrou para evitar maiores problemas com o veneno.
 (4) O copo foi enterrado para evitar maiores problemas com o veneno.

A ausência de um argumento externo na inacusativa em (3) impossibilita que o sujeito da encaixada seja controlado, o que faz com que a sentença em (3) seja agramatical. Na passiva, em (4), o sujeito da encaixada pode ser controlado, em tese, pela presença do argumento implícito da passiva.

Há uma série de discussões a respeito de quem realizaria esse suposto controle do sujeito das sentenças encaixadas, se o argumento externo, se o interno, ou mesmo se todo o evento (cf. MANZINI, 1983; ROEPER, 1987; GRIMSHAW,

intransitivos têm ganhado o suporte de evidências experimentais até mesmo no nível neurológico (cf. SHETREET, FRIEDMANN e HADAR, 2010).

⁴ Tradução nossa: *todos e apenas os verbos capazes de assinalar papel- θ para o sujeito serão capazes de atribuir Caso acusativo a um objeto*. Woolford (2003) apresenta uma nova generalização descritiva do mesmo fenômeno: *o objeto obtém (gets) Caso nominativo quando não houver sujeito (nominativo)*.

1990; LANDAU, 2000). Embora essa discussão não vá ser recuperada aqui em detalhes, não se pode negligenciar sua relevância para estudos em aquisição.

O encaixamento de sentenças finais em passivas verbais e adjetivas foi usado por Crawford (2014), por exemplo, como um meio de sinalizar a desambiguação de construções sintaticamente ambíguas (homófonas) no inglês. O objetivo do estudo foi o de averiguar em que medida as crianças julgariam como agramaticais sentenças como (a) **The candy bar is broken to share with friends*, distinguindo-as de (b) *The candy bar is being broken to share with friends*. No experimento conduzido com falantes de inglês, revelou-se que crianças seriam sensíveis à distinção existente entre passivas verbais e adjetivais. Essas crianças, de formal geral, rejeitaram o encaixamento de sentenças finais quando as passivas-matriz eram do tipo adjetivais, tal como fizeram os adultos.

Adicionalmente, a possibilidade de que o argumento externo da passiva permaneça implícito traz, também, distinções que se mostrarão relevantes para diversas hipóteses acerca da aquisição de passivas. Mais detalhes são trazidos no capítulo 3 (particularmente, na subseção 3.4.2.). Especificamente no algoritmo de aquisição de passivas proposto e discutido no capítulo 4, volta-se a essa questão, mostrando sua relevância dentro do panorama de aquisição aqui pensado.

Em suma, dado o encaminhamento da teoria linguística em direção a um modelo mais afim a questões de aquisição que convergiram no modelo de Princípios e Parâmetros (doravante, P&P) (CHOMSKY, 1981; 1986)⁵, cabe perguntar quais seriam as propriedades sintáticas fundamentais das passivas até esse ponto.

Na figura 1, aparecem reunidas as principais características da passiva nessa fase pré-minimalista do modelo de língua (JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERTS, 1989). Na transição de P&P para o quadro mais recente da teoria linguística, o papel da legibilidade nas interfaces com os sistemas articulatório-perceptual e conceptual-intencional ganha grande destaque. O Programa Minimalista (doravante, PM) (CHOMSKY, 1995; trabalho subsequente) propiciou um diálogo ainda mais próximo entre teoria linguística e teorias de aquisição e de processamento (ver capítulos 4 e 5). É importante notar que, no

⁵ Ver o capítulo 4 para um maior detalhamento dessa abordagem linguística para a aquisição.

PM, as propriedades mais atômicas e universais do que seja a passiva são perquiridas.

<i>Quadro de propriedades sintáticas gerais das passivas no âmbito de P&P</i>	
i.	O verbo não marca Caso acusativo do NP (objeto lógico) → Caso é absorvido (<i>Case absorption</i>);
ii.	O papel-theta a ser atribuído ao argumento externo também é absorvido (<i>theta-absorption</i>);
iii.	O sintagma nominal (objeto lógico) é movido e assume a função de sujeito, ocupando uma posição Argumental.
iv.	Finalmente, o papel temático correspondente ao argumento externo percola, podendo ser explicitado por um sintagma preposicionado.

Figura 1: Quadro de propriedades sintáticas das passivas em P&P

Nesse caminho apontado pelo programa de pesquisa gerativista, destacam-se os trabalhos de Boeckx (1998) e de Collins (2005a). Em ambas as propostas, a derivação de passivas passa a ser pensada no contexto de um modelo derivacional e é gerada de forma semelhante às sentenças ativas (*active-like*), principalmente em função da expansão da concha do VP (LARSON, 1988), a partir da qual se propõe uma categoria "*vP*" (HALE e KEYSER, 2002; CHOMSKY, 1993), cujo papel, entre outros, é o de possibilitar a alocação do argumento externo do verbo.

Nas próximas subseções, apresentam-se as duas propostas minimalistas clássicas para as passivas (2.2.1. e 2.2.2.), culminando numa alternativa recente, apresentada em (2.2.3.).

2.2.1

A proposta de Boeckx (1998)

Numa investigação quase exaustiva das construções passivas nas línguas, Boeckx (1998) busca compreender qual seria a característica atômica fundamental dessas estruturas. Para ele, o *movimento para posição-Argumental* (ver item 3 da figura 1) não poderia ser tomado como característica intrínseca, central e definidora das passivas. A aplicação da operação de movimento de um constituinte ocorreria como um epifenômeno; ou seja, em função de alguma

alteração na estrutura argumental do verbo. Para Boeckx, esse elemento capaz de realizar tal alteração é o item lexical equivalente ao morfema-passivo (-en, no inglês)⁶ (ver também ROUVERET e VERGNAUD, 1980).

Ao comparar os exemplos (5) e (6), Boeckx afirma ser possível perceber que a presença do morfema passivo tornaria a sentença gramatical pela sua capacidade de evocar um agente e um paciente, que poderiam, inclusive, permanecer implícitos.

(5) *Poison.

(6) Poisoned.

Diante da presença desse morfema, o autor propõe, também, uma explicação para a mencionada *generalização de Burzio*. Para Boeckx (1998), o morfema passivo é uma categoria funcional independente e, ao combinar-se com o verbo, perturba a configuração de Caso do predicador verbal, mantendo-se numa relação estritamente local com um *pro*. Essa categoria (*pro*) é a representação formal de um argumento implícito. Essa relação entre *pro* e o morfema passivo é chamada por Boeckx (1998) *pro-drop aspectual*, em comparação com o fenômeno *pro-drop* de línguas de sujeito nulo (CHOMSKY, 1981; RIZZI, 1982; KATO, 1999). É a presença de *pro* que diferencia uma derivação envolvendo um particípio passivo de uma envolvendo o particípio ativo. Esse *pro* é alocado na posição de especificador de *vP* que, como se apontou, é a posição temática do argumento externo. Naturalmente, *pro* recebe o papel temático do predicador ao ser compulsoriamente inserido em [*spec, vP*]. A obrigatoriedade da inserção de *pro* decorre da presença da morfologia de particípio que o licencia na numeração.

A inserção e presença numa relação estritamente local com o morfema da passiva é o fundamento da análise sugerida por Boeckx (1998), porque, ao passo que funciona como argumento implícito da passiva (elemento fonologicamente nulo), recebendo o papel- Θ que o argumento externo teria a receber, *pro* é capaz de receber, também, o Caso acusativo que o verbo teria a valorar no argumento interno. Como o argumento interno permanece com o traço de Caso não checado, entrará em concordância com T e o movimento para a posição de sujeito sintático

⁶ O autor representa dito morfema genericamente como (-en) em oposição ao particípio ativo representado (-ed) a fim de se evitar confusões entre as duas formas.

ocorrerá em função do princípio de projeção estendida (EPP⁷) que vigora no modelo linguístico. A linha mais longa, na figura 2, indica esse movimento.

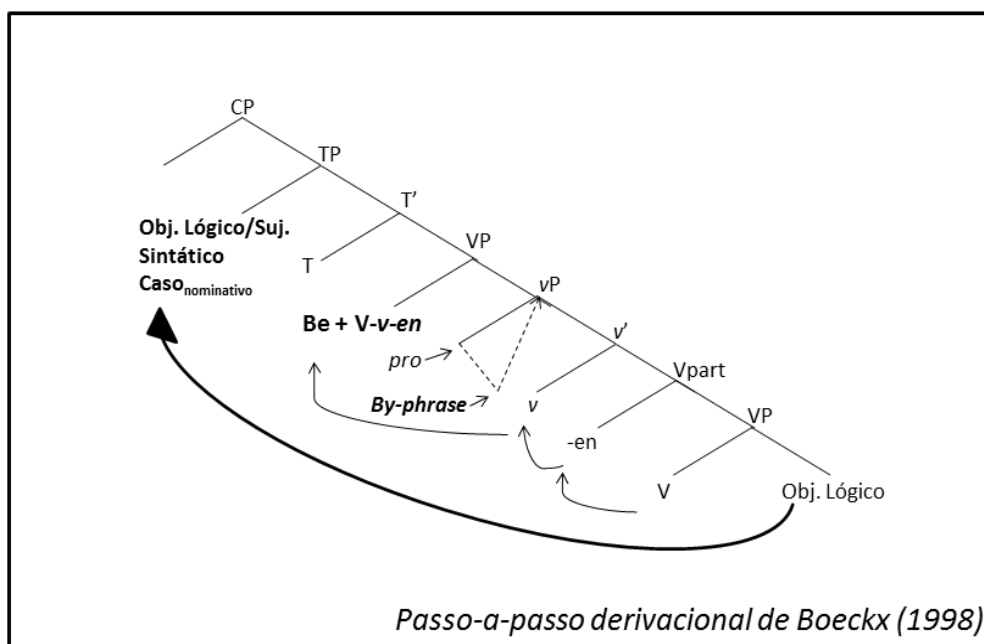


Figura 2: Passo-a-passo derivacional de Boeckx (1998);

Na esquematização provida na mesma figura 2, percebe-se uma violação do princípio de Minimalidade Relativizada (doravante, MR) (*Relativized Minimality*) (RIZZI, 1990; ver também CHOMSKY, 1995). Essa violação é gerada em função da presença de *pro* entre *T* e o *argumento interno* que, em tese, impediria o movimento do objeto lógico para a posição argumental de sujeito⁸. Boeckx contorna o problema de MR, contudo, evocando a questão da visibilidade dos traços na comparação entre o argumento interno e o *pro*. O maior número de traços do argumento interno em relação a *pro* tornaria o primeiro "mais visível" para o sistema computacional. Assim sendo, o sistema decide-se por mover o DP argumento interno, e não *pro*, para satisfazer EPP.

⁷ Do inglês, *extended projection principle*. Esse princípio estabelece que toda sentença deverá ter um sujeito.

⁸ A intervenção causada pelo argumento externo, inclusive, tem sido usada por diversos autores na tentativa de propor uma dificuldade escalar a depender do tipo de elemento nessa posição (se nulo, se pronominal, se sintagma nominal pleno (DP)), não apenas em sentenças passivas (GRILLO, 2005; 2008), mas também em sentenças interrogativas e relativas (FRIEDMANN, BELLETTI e RIZZI, 2009). Essa questão, naturalmente, vem a ser de muita relevância para estudos em aquisição de passivas (SNYDER e HYAMS, 2008; CRAWFORD, 2012; LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2012), como será apresentado em detalhes no capítulo próximo.

As setas curtas da figura 2 ilustram o movimento de núcleo realizado pelo verbo, formando o complexo V-v-en. Esse complexo é alçado para o VP-independente do auxiliar *be*. O Caso de *pro* é marcado acusativo por adjunção ao complexo V-v-en.

Finalmente, a linha tracejada da figura 2 ilustra o processo de duplicação (*doubling*) de [spec, vP]. Isso só ocorre caso o argumento externo venha a ser explicitado fonologicamente sob a forma de um *by-phrase*. Para Boeckx, o sintagma preposicionado (*by-phrase*) tem um status misto (adjunto/argumento) e, adjungido nessa posição, compartilha o papel- Θ de *pro*.

2.2.1.1

Questões de aquisição a partir de Boeckx (1998)

A despeito de toda a complexidade do formalismo discutido em poucos detalhes na última subseção, a proposta de Boeckx (1998) traz, pelo menos, um *insight* em relação a questões de aquisição. Ao defender que o participípio seja o elemento atômico fundamental de uma passiva, aponta-se um caminho para se discutir se seria o participípio a informação crucial (necessária e suficiente) a ser identificada pela criança no material fônico para a representação da estrutura passiva no conhecimento.

À luz das diferenças estruturais, principalmente em relação à marcação de Caso acusativo do argumento interno na ativa e na passiva, poder-se-ia dizer que o participípio tenha papel importante na identificação das passivas. As muitas ambiguidades existentes entre participípios que podem ser *estativos*, *resultativos* e *eventivos* em línguas como o próprio inglês (ver EMBICK, 2004) e o português (ver DUARTE e OLIVEIRA, 2010) tornaria, contudo, opaca essa informação, sendo difícil imaginar que a criança chegue à representação da passiva verbal tão somente por meio da informação que se pode extrair do o participípio.

Argumenta-se, ainda, que há um segundo aspecto interessante da proposta de Boeckx revisada aqui que seria fundamental para o tratamento a ser dado para as passivas neste trabalho: o passo-a-passo derivacional semelhante à proposta da teoria linguística para sentenças ativas. A existência de uma coerência na métrica computacional entre sentenças ativas, adjetivas e passivas, entre outras, ao que parece, facilita a articulação provida por um modelo de computação em tempo

real que faça uso dessa métrica ao discutir previsões de custo computacional comparativo. Mais detalhes a esse respeito só serão mais bem elaborados no capítulo 5 desta tese. Na próxima subseção, a análise de Collins para as passivas é discutida.

2.2.2

A proposta de Collins (2005a)

Embora Collins (2005a) não faça qualquer citação ao trabalho de Boeckx (1998) em seu artigo, é possível assumir um diálogo entre os dois trabalhos no sentido de que ambos almejam propor uma derivação *active-like* para as passivas. Ambos opõem-se, também, à proposta de absorção de Caso e de papel- Θ desenvolvida por alguns de seus antecessores (cf. JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERTS, 1989).

Na concepção de Collins (2005a), diferentemente da de Boeckx, não existe diferença intrínseca entre particípio passivo (*O João foi ensinado* pelo Pedro) e ativo (*O Pedro tem ensinado Português para o João*). Ambos estariam representados no léxico sob um mesmo rótulo, *partP*.

Para explicar a propriedade de alteração na estrutura argumental do verbo que deflagra o movimento-A (ver item 3 da figura 1), argumenta-se em favor da existência de um elemento funcional específico de construções passivas: *Voice* (ver também PYLKKÄNEN, 1999, EMBICK, 2004). Na visão de Collins (2005a) *voice* seria uma propriedade das línguas naturais, uma espécie de parâmetro, parte do inventário de uma gramática universal da espécie, a ser acionado durante o curso de aquisição da linguagem.

A projeção funcional *VoiceP*, advinda da marcação do parâmetro [+voice] pela criança, guardaria uma relação estreita com o nó do particípio. Isso explica as diferenças percebidas entre construções ativas (*tem ensinado*) e passivas (*foi ensinado*). *VoiceP* tem como núcleo a preposição *by*⁹. *By* seria uma preposição típica de passivas e é caracterizada por Collins como uma *dummy* preposition. Segundo Collins, a preposição não possuiria qualquer conteúdo semântico, apenas formal - e, naturalmente, fonológico. Seu caráter formal fica evidente à medida

⁹ Para Collins (2005a), o conjunto de traços presentes na preposição *by* da passiva sinaliza a existência de *Voice* numa dada gramática.

que a preposição valora Caso do DP argumento externo das passivas alocado em [spec, vP].

Em se tratando da passiva curta, o argumento externo é representado por Collins (2005a) como PRO-arbitrário, cujo caso é checado pelo *voice* nulo (*null voice*). A análise tem como base a relação entre sentenças-*to* do inglês, tais como "*For John to win would be exciting*" e "*PRO to win would be exciting*" (Collins, 2005a, p.103-104) (ver também CHOMSKY e LASNIK, 1995; BOSKOVIC, 1997). Collins propõe que o sintagma complementizador (CP), e não um TP, cheque Caso nulo (*null Case*) de PRO sob *c-comando*. Estendendo isso para as passivas, seria possível assumir que o sintagma *voice* checaria Caso nulo de PRO-arbitrário que estaria cumprindo o papel de argumento externo das passivas da mesma forma que o CP o faria nas duas sentenças citadas (*For John to win (...)/To win (...)*).

A questão mais premente no trabalho de Collins (2005a) em franca oposição ao trabalho de Boeckx (1998) é o tipo de movimento envolvido na derivação da passiva. Compare a figura 3 à figura 2 exibida anteriormente.

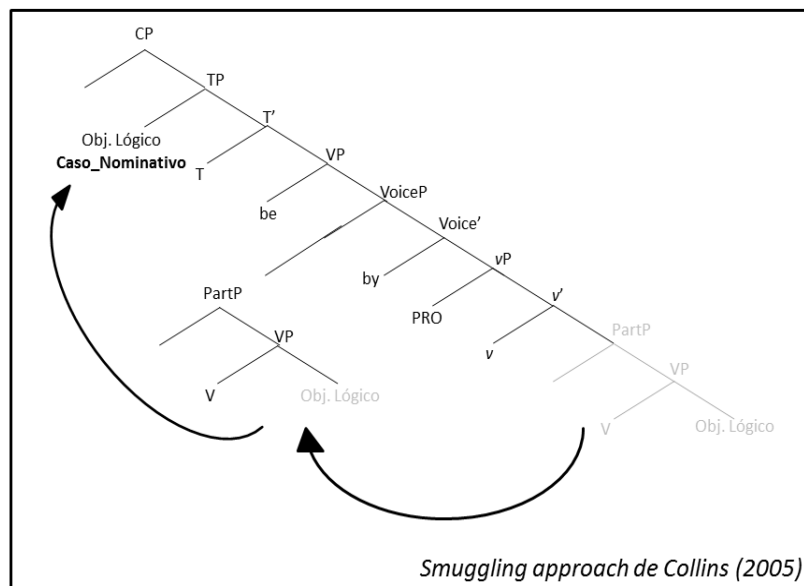


Figura 3: O smuggling approach em Collins (2005a);

Para Collins, o movimento da passiva envolve uma categoria máxima, *XP-movement*. Esse tipo de solução encontrada por Collins é bastante interessante em

relação ao princípio de MR mencionado na subseção anterior¹⁰. Afirma-se que, em passivas, esse princípio é inoperante, pois o movimento não poderia ser de núcleo (*head-movement*), como pensado por Boeckx e seus antecessores, senão um movimento de toda a projeção máxima (*XP-movement*) do participio que contém o objeto lógico. Para Collins, o argumento externo implícito [PRO] é, sim, visível para a sonda T, diferentemente do que assume Boeckx (1998)¹¹ em relação a visibilidade dos traços de *pro*. A presença desse elemento na posição de argumento externo força a existência do que Collins chama de *smuggling*.

O termo *smuggling* (contrabando) deve-se ao fato de que, na relação entre VoiceP e o participio, licencia-se o movimento da projeção PartP para [spec, VoiceP], na qual o objeto lógico está presente e é "contrabandeado" (*smuggled*), tornando-se visível para [spec, TP], sem a interferência de PRO. Na concepção de Collins, o *smuggling* "salva" a derivação que, do contrário, dissolver-se-ia em função da interferência de PRO, já que o argumento interno na posição em que é gerado ficaria sem Caso. Com o "contrabando" desse argumento que estava dentro da projeção máxima [PartP], T pode encontrá-lo, satisfazer seu traço EPP e valorar Caso nominativo do objeto lógico¹².

2.2.2.1

Questões de aquisição a partir de Collins (2005a)

Voltando-se às questões envolvendo a aquisição e processamento, se por um lado em Boeckx (1998) considerou-se a existência de uma métrica coerente entre a derivação de ativas e passivas vantajosa, em Collins (2005a), esse julgamento é mantido, ainda que com as mudanças técnicas pontuadas. Lima Júnior (2012) (ver também Lima Júnior e Augusto (2014)) aponta que ambas as análises formais se adequam às hipóteses de custo para a compreensão de passivas arroladas em Corrêa e Augusto (2013) à luz do modelo integrado da computação online

¹⁰ Ver também questões de ordenação discutidas por Collins (2005a) em relação às partículas dos verbos (*The text was summed up by Chomsky* é boa, mas não **The text was summed by Chomsky up*) e construções causativas (*The table was wiped clean by John* é boa, mas não *The table was wiped by John clean*).

¹¹ Lima e Rubin (2008), ao propor uma adequação da proposta de Boeckx (1998) ao modelo *Agree* (CHOMSKY, 2001; 2002), fazem a mesma crítica, confirmando a necessidade de que o argumento implícito seja visível para o sistema computacional.

¹² Para uma visão crítica do *Smuggling* de Collins (2005), sugere-se a leitura de Gehrke e Grillo (2009) e Lima Júnior e Augusto (2015).

(CORRÊA e AUGUSTO, 2007; 2011; AUGUSTO e CORRÊA, 2012). Isso justifica o esforço de apresentar essas análises tendo-se em mente a descrição de uma métrica de custo computacional de acordo com os objetivos desta tese, incluindo-se a tentativa de desenvolvimento do modelo computacional em questão (ver capítulo 5 desta tese).

Levando-se em consideração a proposta de Collins (2005a) para problemas de aquisição, a presença de um núcleo funcional VoiceP, contraparte de um parâmetro linguístico, parece muito interessante numa tentativa de explicar a identificação de passivas. O próprio Collins chama atenção para a importância de assumir que VoiceP seja a expressão de um parâmetro; pois, desse modo, poder-se-ia explicar a diversidade linguística no que concerne às passivas. A literatura tem afirmado já há algum tempo que nem todas as línguas exibem passivas (cf. KEENAN, 1985; SIEWIERSKA, 1984).

Poder-se-ia argumentar, à luz da análise de Collins (2005a), que o conjunto de traços presentes na preposição *by* da passiva sinalizaria a existência de *voice* numa dada gramática. Isso seria perfeitamente adequado a uma teoria de aquisição que prevê que a entrada da criança na gramática de sua língua se dê por informações de interface (cf. CORRÊA, 2009a/b), já que, no inglês, por exemplo, *by* é visível na interface fônica.

A objeção que se faz, contudo, é: como as crianças poderão identificar esses traços presentes na preposição *by* em línguas em que os mesmos não se encontram legíveis nas interfaces, sendo *by* o núcleo de VoiceP? Chama-se atenção ainda para o fato de essa preposição não necessariamente introduzir um agente, o que tornaria essa informação ainda mais opaca em línguas como o português e o inglês.

Do ponto de vista da aquisição, imaginar que a preposição *by* seja o elemento necessário e suficiente para desencadear o que se entende por conhecimento de uma sentença passiva não se sustenta pelo fato de haver línguas em que o *by-phrase* não é sequer explicitado. É o que ocorre, por exemplo, no letão (língua oficial da Letônia) (cf. KEENAN e DRYER, 2007). No capítulo 4, em que um algoritmo de aquisição de passivas é explicitado, mais detalhes são dados a esse respeito (cf. subseção 4.3.).

Há, por outro lado, línguas que dispõem de um morfema específico de passivas que, segundo reconhece o próprio Collins (2005a, p. 99-100) deveriam

nuclear VoiceP, trazendo dificuldade para análise proposta por ele. Os casos citados por Collins (2005a) são os do Japonês e do Kiswahili. Não se sabe se esse impasse a respeito de o *by*-phrase e o morfema específico poderem ocupar o núcleo de VoiceP teria sido resolvido na literatura.

Outro ponto discutível da proposta de Collins (2005a) é a falta de motivação para o *smuggling*. Essa motivação precisa ser percebida nas interfaces para que a criança possa adquiri-la¹³. Parece claro que a categoria *voice* altera o comportamento da estrutura argumental do verbo, possuindo, com o particípio, uma relação direta. Como essa relação é capaz de sinalizar a necessidade de movimento com o *smuggling* que, a priori, não ocorreria em outros tipos de construção com movimento não é algo que tenha sido suficientemente esclarecido por Collins (2005a) (ver, porém, GEHRKE e GRILLO, 2009; LUNGUINHO, 2011 para alternativas que propõem uma motivação semântica e/ou aspectual para motivar *smuggling-movement* em passivas)¹⁴.

Na próxima seção, apresenta-se a proposta desenvolvida por Lima Júnior e Augusto (2015) numa visão alternativa às duas propostas aqui discutidas (de Boeckx e de Collins).

2.2.3

A abordagem passiveP: uma análise sintática alternativa

Os mecanismos teóricos propostos na análise de Boeckx (1998) e de Collins (2005a), respectivamente, o *pro-drop aspectual* e o *movimento por smuggling*, seriam um tanto quanto intrincados e, se possível, devem ser dispensados. Além das desvantagens e críticas que essas propostas suscitaram no âmbito da própria teoria linguística (cf. LIMA e RUBIN, 2008; GEHRKE e GRILLO, 2009; LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2015), outras dificuldades podem ser apontadas à luz de uma teoria procedimental de aquisição (cf. capítulo 4 desta tese). Ademais, partindo-se dessas análises, poder-se-ia prever um curso bastante árduo de aquisição de passivas, o que tem sido, de certa maneira, contrariado por estudos

¹³ Movimento em razão de uma interface morfológica não parece ser o caso, já que Caso pode ser valorado *in-situ* (cf. CHOMSKY, 2001; ver também subseção 2.4.2. neste capítulo).

¹⁴ É importante se fazer a ressalva, contudo, de que o próprio Collins discute a possibilidade de haver *smuggling* em construções com raising, por exemplo (COLLINS, 2005b). Ainda assim, o status e o alcance do *smuggling* na teoria, em especial fora do escopo das passivas, é questionável (cf. GEHRKE e GRILLO, 2009).

recentes (ver capítulo 3 para uma revisão e também os resultados dos experimentos realizados nesta tese no capítulo 6).

Na busca de uma análise alternativa para as passivas verbais, Lima Júnior e Augusto (2015) desenvolvem uma proposta coerente ao modelo minimalista de língua, repercutindo, entretanto, o desejo de diálogo e aproximação entre teoria linguística, psicolinguística e, principalmente, modelos de aquisição (CORRÊA, 2002; 2008; CORRÊA e AUGUSTO, 2007; 2011). Essa análise é chamada aqui de abordagem *passiveP*.

Na análise aqui apresentada, manteve-se a já apontada vantagem de se ter uma derivação *active-like*, como sugerido nas propostas clássicas (cf. subseções 2.2.1. e 2.2.2. deste capítulo). Houve também uma preocupação de se motivar a existência de um nó funcional específico da passiva no léxico a partir das informações presentes nas interfaces da língua, o que é altamente desejável à luz de teoria procedimental de aquisição (CORRÊA, 2009a/b; 2014). Mais adiante nesta tese, retorna-se a essas questões. Nesta seção, os aspectos sintáticos da abordagem via *passiveP* são enfatizados.

Para poder abrir mão desses ditos mecanismos complexos, destacam-se três principais assunções:

- (i) O complexo verbal passivo, o qual é encabeçado pela categoria *passiveP*, é motivado em ambas as interfaces. Ele constitui fase forte (cf. LEGATE, 2003; FLEISHER, 2008; contra CHOMSKY, 2008), projetando um especificador extra. Essa categoria é, portanto, diferente do *vP* passivo de Chomsky (2008) e também de *VoiceP* de Collins (2005a);
- (ii) O movimento do DP-argumento interno de V para [spec, TP] tem caráter cíclico. Esse movimento passa pela borda da fase *passiveP*, uma posição intermediária prevista pela possibilidade de existência do especificador extra citado;
- (iii) O *by-phrase* é um adjunto orientado para o argumento externo. O verdadeiro argumento externo é o argumento implícito, possivelmente, um PRO arbitrário;

Em relação à assunção em um (i), passiveP diferencia-se do v P-passivo de Chomsky (2000; trabalho subsequente), em primeiro lugar, por constituir fase forte (cf. LEGATE, 2003; RICHARDS, 2004; EPSTEIN, 2006; FLEISHER, 2008)¹⁵, provendo, assim, um especificador extra que servirá como uma posição de fuga (*a escape hatch*) para o argumento interno.

Em segundo lugar, passiveP, diferentemente de v^* P, não valora Caso acusativo do argumento interno. É importante esclarecer que passiveP, além de diferenciar-se de v P passivo de Chomsky (2008), diferencia-se também de VoiceP de Collins (2005). Em relação a VoiceP, passiveP apresenta-se, não como uma categoria concatenada ao v P das ativas, mas alternativa a essa última.

Por último, passiveP seleciona um PRO arbitrário como argumento externo e assinala a este argumento traços semânticos associados ao papel temático a ser atribuído por passive. À luz da teoria de Cançado (2005), esse traço poderia ser entendido como [+desencadeador]. Em outras palavras, segundo Lima Júnior e Augusto (2015), a categoria passiveP, em línguas como o português e o inglês, parece exigir que o argumento externo desencadeie o evento codificado pelo verbo, como observa Cançado (2002, 2005), o que não é exigência de construções ativas (ex.: O menino tem cabelo preto) (ver também a seção 2.3.3 desta tese sobre propriedades semânticas das passivas).

Em relação à assunção (ii), em sendo fase, passiveP permite o movimento do DP argumento interno para [spec, passiveP] em virtude da presença de EPP. Esse movimento ocorre sob a forma de um movimento-A cíclico simples.

Em [spec, passiveP], o argumento interno e o externo ficam equidistantes em relação à sonda TP. O movimento final, para [spec, TP], é motivado com base em Rizzi (2006) a partir da assunção de um traço [aboutness] a ser valorado contra T.

¹⁵ Essa questão é defendida com base nas evidências apresentadas principalmente em Legate (2003) (ver também NISSENBAUM, 1998; FOX e NISSENBAUM, 1999), que o complexo verbal passivo deve constituir fase, tal qual o complexo verbal ativo (ver também Fleisher (2008) para conclusões semelhantes). Nesse sentido, não haveria diferença relevante entre v Ps (passivos) e v^* Ps (ativos) (cf. CHOMSKY, 2008) no que concerne ao caráter de fase dessas projeções. Entre essas evidências, estão: ambos os complexos exibem isolabilidade em PF e estrutura argumental completa em LF, o que é compatível com o critério de proposicionalidade proposto por Richards (2004) e também Epstein (2006). Ambos os complexos proveem as mesmas posições de reconstrução, as quais são típicas de uma categoria fásica, como apontam Fox (2002) e também Legate (2003). Por último, ambos os complexos permitiriam liberdade na reordenação entre verbo e objeto, como ocorre em outros movimentos transfásicos (cf. RICHARDS, 2004; 2006).

Em relação a (iii), um pronome arbitrário nulo (PRO) é compulsoriamente selecionado por passiveP. Muito embora o *by-phrase* tenha um comportamento semântico de argumento, sintaticamente, ele se comporta como um adjunto. Assume-se que ele seja um adjunto orientado para o argumento externo. Enfatiza-se, portanto, que o item sintático que cumpre o papel de argumento externo da passiva é PRO. No caso de a gramática permitir que o argumento externo seja explicitado, um sintagma preposicionado será gerado via *by-phrase* e posicionado na árvore como adjunto.

2.2.3.1

O passo-a-passo da abordagem passiveP

A estrutura argumental da passiva, como se defendeu, é semelhante à da ativa. Compare-se (7) e (8) abaixo:

- (7) [PRO_{arg.ext.} passiveP. [passive-V-part [PartP [~~V-part~~ [VP [~~V~~ DP_{arg.int.}]]]]]]
- (8) [DP_{arg.ext.} vP [v-V-part [PartP [~~V-part~~ [VP [~~V~~ DP_{arg.int.}]]]]]]

A única diferença relevante que se pode notar até o ponto ilustrado acima é que passiveP em (7) "substitui" vP em (8). Ademais, PRO ocupa [spec, passiveP] em (7), enquanto um DP pode ser observado em (8).

O passo-a-passo da passiva (9) pode ser apresentado inicialmente da seguinte maneira (ver 10): V e o DP argumento interno são concatenados projetando VP. O papel temático pode ser assinalado imediatamente por meio da operação merge.

- (9) As flores foram colhidas.
- (10) [VP [colher as flores]_{{μCase} {θ-role theme}}]

Em seguida, VP é concatenado com PartP. V, então, move-se para o núcleo de partP. Observe-se, em (11), que o argumento interno DP não tem Caso checado/valorado. No português, o argumento entra em concordância com part, definindo gênero e número dessa categoria. Segundo Lunguinho (2011), partP (ou

AspP na proposta dele) é uma sonda defectiva, incapaz de valorar Caso. Essa assunção não é controversa, uma vez que, segundo Chomsky (1995), *v* é o responsável por valorar Caso acusativo.

(11) [PartP [colhidas [~~colher~~ as flores]_{μCase}]

PassiveP é, então, concatenado com a derivação em curso (ver 12). Como se assumiu, esse item funcional constitui fase; logo, dispõe de um traço que o permite projetar um especificador extra. O argumento interno que permanece ativo, a essa altura, por estar sem Caso, move-se para esse especificador extra (ver 13).

(12) [PRO]_{θ-role} passive' [colhidas-passive [partP [colhidas-[VP [colher
as flores]_{{μCase}{θ-role}}]

(13) [as flores]_{{μCase}{θ-role}} passiveP_{extra spec} [PRO]_{θ-role} passive'
[colhidas-passive [partP [colhidas-[VP [colher as flores]_{{μCase}{θ-role}}]

A derivação continua com a concatenação do auxiliar. O verbo auxiliar não seleciona argumento externo. O complexo V-part-passive é adjungido ao núcleo do auxiliar, como ilustrado em (14) (ver também BOECKX, 1998).

(14) [VP [ser colhidas-passive [as flores]_{{μCase}{θ-role}} passiveP_{extra spec}
[PRO]_{θ-role} passive' [colhidas-passive [partP [colhidas-[VP [colher as
flores

Em razão do princípio EPP, assim que T é concatenado, a busca pelo alvo para ocupar [spec, TP] é iniciada. Ambos PRO arbitrário e o argumento interno (as flores) estão em [spec, passiveP], equidistantes da sonda (T) e são candidatos para o movimento por possuírem, pelo menos, o traço D. O DP (e não PRO) deve mover-se para [spec, TP], como ilustrado em (15). Argumenta-se que esse movimento é motivado pela presença do traço aboutness (ver RIZZI, 2006; LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2015; em preparação).

- (15) [CP declarativo [As flores_{nominative} TP [T foram [ser colhidas-passive [as flores passiveP [PRO passiveP [colhidas-passive-[partP [colhida-[VP [colher as flores

A estrutura ilustrada em (15) é a passiva prototípica (ver KYPARSKY, 2013). Caso a gramática, como a do português e a do inglês, também gere passivas longas, o *by-phrase* desse tipo de passiva será adjungido a [spec, passiveP], como ilustra a figura 4, em que a derivação aparece completa sob a forma de árvore sintática.

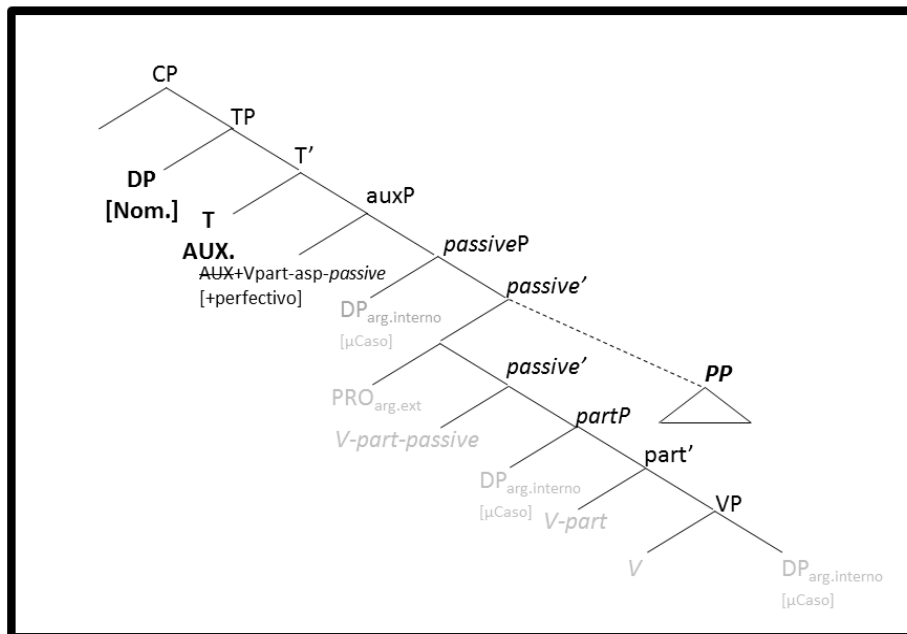


Figura 4: a estrutura das passivas em Lima Júnior e Augusto (2015)

2.2.3.2

Questões de aquisição a partir da abordagem passiveP

Voltando à questão que move a apresentação dessas análises, tem-se que, à luz da proposta recém-apresentada, o núcleo funcional passiveP assume certo protagonismo. Essa projeção pode ser pensada analogamente a VoiceP. Logo, passiveP seria resultado de uma série de processos de identificação numa língua específica que leva o indivíduo a acionar o parâmetro [voz]. Isso mantém essa

proposta em conformidade com a análise de Collins (2005a), o que soa interessante no sentido de que a abordagem de Collins já trazia uma explicação para diferenças entre gramáticas (ver SIEWIERSKA, 1984; JAEGGLI, 1986; KEENAN e DRYER, 2007).

No concernente à aquisição, tendo-se como base o modelo de princípios e parâmetros, define-se que a tarefa da criança é acionar o parâmetro [+voz], o que equivale a representar passiveP no léxico. Essa categoria funcional passa a fazer parte do inventário de uma dada gramática tão logo o parâmetro seja acionado durante o processo de aquisição. As pistas que guiarão a criança no acionamento desse parâmetro e, por conseguinte, suas propriedades internas poderão variar de língua para língua, a depender do que esteja envolvido na derivação de uma passiva em uma determinada língua.

Ao comparar a natureza de passiveP e de VoiceP, sugere-se que a primeira oferece uma explicação ainda mais alinhavada às questões tipológicas e de aquisição do que a segunda. PassiveP é mais motivado em se considerando aquilo que está disponível nas interfaces. Isso é encarado como uma vantagem nesta tese ao se assumir um modelo de aquisição em que a identificação e representação de traços formais ocorrem a partir do exame que a criança faz das interfaces da língua (cf. capítulo 4 desta tese).

No modo de entender desta tese, propostas sintáticas que considerem detidamente as tensões de interface têm mais chances de se mostrar empiricamente adequadas a trabalhos em aquisição e processamento de língua (cf. capítulos 4 e 5 desta tese). É crescente o número de trabalhos que apontam para a relevância de traços semântico-aspectuais (ver LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2014; HODGSON, 2010) e de caráter discursivo (cf. SNYDER e HYAMS, 2015; GEHRKE e GRILLO, 2009) para falar de aquisição e processamento de passivas. Isso sem contar o crescente número de estudos que avançam na direção de um *bootstrapping* fonológico a partir de estudos que visam a investigar a capacidade do infante para mapeamento do estímulo linguístico na interface fônica (ver CORRÊA, 2009a/b e referências aí contidas).

Na próxima seção, este capítulo deixa de estar centrado nas questões sintáticas e passa a discutir aspectos semânticos e aspectuais das sentenças passivas.

2.3

As passivas e suas propriedades semânticas e aspectuais

Ao longo da última seção (2.2.), as propriedades estruturais das sentenças passivas verbais foram apresentadas. Cabe a esta discutir, em mais detalhes, as questões semânticas e aspectuais.

De início, pode-se dizer que, de um ponto de vista semântico, aquilo que é mapeado como sujeito sintático na passiva é, na verdade, objeto semântico e o que seria explicitado via *by-phrase* é, geralmente, o sujeito semântico da ativa. Observa-se, a partir daí, que a ordem canônica *agente-v-paciente* aparece revertida.

Para Pinker, Lebeaux e Frost (1987), por exemplo, uma sentença passiva envolve uma entidade (paciente) que sofre a ação de (é afetada por) um evento. Do ponto de vista operacional, essa entidade afetada passaria a gozar de privilégios semântico-discursivos restritos ao sujeito (FOLEY e VAN VALIN, 1985). A partir dessa concepção, Pinker, Lebeaux e Frost (1987) apontam que a ordenação canônica dos papéis temáticos e a sua hierarquia (JACKENDOFF, 1972) seriam fundamentais durante o curso de aquisição de passivas (para mais detalhes ver capítulo 3 desta tese).

Sob vários aspectos, tem-se corroborado a importância da semântica ao se considerar a aquisição das passivas (MARATSOS et al; 1979; 1985; GORDON e CHAFETZ, 1986; FOX e GRODZINSKY, 1998; GABRIEL, 2001; RUBIN, 2006; LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, 2014), o que justifica a empreitada de se examinar como pouco mais atenção que aspectos seriam esses. O primeiro aspecto entretido nesta seção (subseção 2.3.1.) diz respeito à reconfiguração canônica de papéis temáticos e a reversibilidade para as passivas; essas duas propriedades foram muito exploradas na literatura em aquisição¹⁶.

O segundo aspecto a ser abordado (subseção 2.3.2.), questiona as variedades de passivas sob um ponto de vista semântico; basicamente, são elas: as passivas verbais e adjetivais. Cabe esclarecer que supõe-se haver diferenças sintáticas relevantes entre passivas adjetivais e verbais que se provarão relevantes tanto nas

¹⁶ Essa questão é especialmente contemplada pela presente tese, fundamentalmente pelo primeiro experimento de compreensão com crianças que será reportado no capítulo 6.

discussões de aquisição a serem apresentadas no capítulo 4, como nas questões de processamento a serem apresentadas no capítulo 5.

Na subseção (2.3.3.), discute-se por que e quais verbos seriam apassiváveis (nenhum/ apenas os transitivos/ transitivos e alguns intransitivos/ todos) (cf. KYPARSKY, 2013). Nessa última subseção, recupera-se a origem da discussão que culmina na defesa de um traço semântico nomeado "desencadeamento" (*triggering*) vinculado a passiveP.

Na subseção (2.3.4.), faz-se uma síntese com as questões mais relevantes para o procedimento de aquisição de passivas a ser arrolado nesta tese, mais precisamente no capítulo 4.

2.3.1

Ordenação temática canônica e reversibilidade

Há vários tipos de ordenação de constituintes nas línguas naturais. No português, também no inglês, a ordem canônica é SVO¹⁷. Essa ordem possui uma correspondência temática default. Sendo assim, numa sentença ativa, o sujeito é mapeado como agente/experienciador e o objeto como tema/paciente/locativo. Naturalmente, há exceções nesse mapeamento, como nos casos em (16), ou em casos em que existe deslocamento de constituintes, a passiva sendo um deles.

- (16) a. As baratas assustaram o João. *Tema>V>Experienciador*
 b. As correntes prenderam o homem. *Locativo>V>Experienciador*

Nas sentenças passivas, o sintagma nominal que tem o papel temático do objeto lógico e recebe os privilégios semântico-discursivos (como se detalha na próxima seção 2.4.) do sujeito, "trocando" com ele de posição. Isso acaba por alterar a ordenação canônica dos papéis temáticos.

Pode-se considerar reversíveis sentenças que contenham duas entidades que potencialmente cumpririam o mesmo papel semântico na sentença, como as passivas no exemplo (17). As passivas do exemplo (18), ao contrário, caso fossem

¹⁷ Esse padrão é, também, bastante numeroso nas línguas humanas (2º maior grupo; o primeiro é SOV). A ordem SVO é defendida em Kayne (1994) como *ordem universal* e isso é tomado como relevante por Corrêa e Augusto (2007). Esta tese, contudo, não se compromete com esta visão.

revertidos os constituintes da sentença, ter-se-ia uma sentença logicamente anômala, como se expõe em (19). Logo, diz-se que as sentenças do exemplo (17) são passivas reversíveis e as do exemplo (18) irreversíveis.

- (17) a. O menino foi beijado pelo pai.
 b. A menina foi penteada pela mãe.
 c. O médico foi escutado pelo paciente.
- (18) a. O computador foi desmontado pelo rapaz.
 b. A televisão foi ligada pela moça.
 c. A louça foi lavada pela mãe.
- (19) a. *O rapaz foi desmontado pelo computador.
 b. *A moça foi ligada pela televisão.
 c. *A mulher foi lavada pela louça.

Essa alteração é vista como fonte de problemas durante o curso de aquisição do indivíduo¹⁸ e seria mais claramente observada no caso das passivas reversíveis. Volta-se a essa questão na subseção (2.3.4.) quando questões de aquisição são discutidas.

Na próxima subseção, passa-se à distinção entre passivas adjetivais e verbais.

2.3.2

A distinção entre passivas adjetival e verbal

Nesta subseção, faz-se uma breve discussão acerca das diferenças entre passivas verbais e adjetivais dando-se especial atenção ao tipo de informação que se encontra nas interfaces com a língua. As relações entre auxiliar e particípio dessas construções serão enfocadas.

Iniciando a discussão pelos auxiliares presentes nas passivas, faz-se alusão ao trabalho de Lunguinho (2011). Esse oferece critérios de auxiliabilidade relevantes para os propósitos desta tese.

¹⁸ Propostas como a de Slobin (1966) e Bever (1970) defendem que a expectativa pela ordem temática default leva as crianças a exibir um desempenho instável, tendendo a interpretar a primeira entidade analisada (*parsed*) como agente (ver também FERREIRA, 1994; 2003; RUBIN, 2006; AUGUSTO e CORRÊA, 2012; CORRÊA e AUGUSTO, 2013).

No português brasileiro, os testes aplicados por Lunguinho apontam haver apenas quatro verdadeiros auxiliares, são eles: *ser*, *ter*, *estar*_[progressivo] e *ir* (LUNGUINHO, 2011, p. 17/18). Para o autor, auxiliares concatenam-se com projeções verbais [+V, -N] e têm o papel de codificar *tempo* e *aspecto* dos predicados. Cópulas, por sua vez, selecionam projeções adjetivais [+V, +N].

À primeira vista, poder-se-ia pensar, então, que passivas verbais envolvem uma projeção verbal, contando com o auxiliar-*ser*. Passivas adjetivais, por sua vez, envolveriam uma projeção adjetival, contando com as cópulas *estar* e *ficar*. Essa questão, contudo, não parece ser tão simples.

Assume-se aqui que a passiva adjetival é assim chamada pela leitura adjetival que ela acarreta e não porque sintaticamente seja derivada a partir de um verdadeiro adjetivo (para mais detalhes, conferir Lima Júnior e Augusto (em preparação)). No português, os participípios aparecem em vários ambientes sintáticos¹⁹. Apresentam-se como verdadeiros adjetivos, cuja relação com os verbos originários foi completamente perdida (por exemplo, *cativo*, *cego*, *correto*, *descalço*, *tinto*, entre outros²⁰) (ver DUARTE e OLIVEIRA, 2010); também como uma categoria que mantém clara relação com o verbo originário, independentemente do tipo de construção (*A menina cortou a mão com o copo quebrado*; *Terminada a aula, a menina saiu.*); em complexos verbais perfectivos (*A menina tem saído de casa cedo essa semana*) e passivos (*A menina foi picada pelo mosquito*; *A menina ficou machucada*; *A menina está machucada*); por fim, em construções com verbos leves (*A menina deu uma dormida durante a aula*)²¹.

Argumenta-se que todas as passivas (verbais e adjetivais) são formadas a partir da relação aux+part no português. Logo, o verdadeiro participípio, aquele que não perdeu a relação com o verbo original, é uma projeção de natureza [+V, -N]. Part entra para a derivação com um traço de aspecto não valorado. Segundo Lunguinho (2011), esse traço será valorado por um auxiliar.

Assim sendo, o traço de aspecto de part, se valorado pelo auxiliar *ter*, gera-se uma sentença ativa (*O João tem feito os trabalhos da tese*); se valorado pelo

¹⁹ Para estudos mais aprofundados acerca da natureza dos participípios em língua portuguesa, sugere-se a leitura de Foltrán e Crisóstimo (2005) e Duarte e Oliveira (2010).

²⁰ Esses teriam migrado para a classe dos adjetivos, projetando predP e não partP (cf. LIMA JÚNIOR e AUGUSTO, em preparação)

²¹ Para esta tese, como base no algoritmo de aquisição a ser apresentado no capítulo 4 (cf. seção 4.3.), interessam os participípios que mantêm relação com o verbo originário.

auxiliar *ser*, gera-se uma sentença passiva (*O trabalho da tese foi feito pelo João*) (cf. subseção 2.2.3. desta tese).

Em relação às passivas adjetivais, se é verdade que partP possui uma relação com V, não podendo ser considerado um verdadeiro adjetivo, então, *estar* e *ficar* devem ser considerados auxiliares passivos. Obtém-se, assim, a divisão tripartida proposta por Embick (2004). A combinação aux+part a partir de *ser*, *ficar* e *estar* conforma os três predicados passivos, respectivamente eventivo, resultativo e estativo.

Em suma, as passivas adjetivais distinguem-se sintaticamente das passivas verbais por não terem passiveP na estrutura. Entre si, as passivas adjetivais são discriminadas pela natureza aspectual de cada uma.

Os predicados passivos foram semanticamente analisados por Embick (2004) a partir de traços de agentividade e eventividade. Assim sendo, as passivas estativas têm traços semânticos [-eventivo; -agentivo], as resultativas [+eventivo; -agentivo] e, por fim, as eventivas [+eventivo; +agentivo], como ilustra a figura 5.

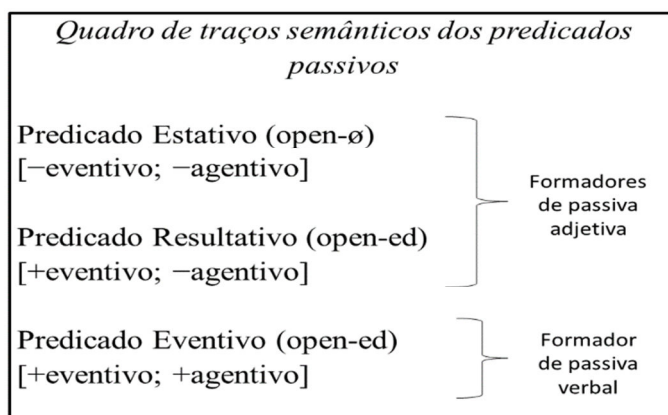


Figura 5: Traços semânticos dos participios formadores de passivas verbais e adjetivais

É importante pontuar ainda a existência de certa ambiguidade, algumas vezes temporária, que dificulta que passivas verbais e adjetivais sejam adequadamente discriminadas. Muitas vezes, para desambiguá-las, depender-se-á do contexto. No português, essa ambiguidade é observada tanto em *ser* (21-23), como em *estar* (25-27). Em (20), (21) e (25), tem-se exemplos dos auxiliares, respectivamente os verbos *ir*, *ser*-passivo e *estar*_[progressivo]. Em (22-23) e (26-27), observam-se diferentes tipos de cópulas. O exemplo em (24) ainda mostra a

possibilidade do verbo *ir* principal confundir-se com a forma do pretérito perfeito do verbo *ser*, característico da passiva. Todas essas ambiguidades, ou possibilidades oferecidas de forma ambígua, precisam ser discriminadas pelas crianças. Volta-se a essa questão na subseção (2.3.4). Antes disso, na próxima subseção, discute-se que verbos seriam submetidos à apassivação.

- (20) O menino [foi_{aux}] [levar_{verbo principal}] o material para o trabalho.
- (21) O material [foi_{aux}] [levado_{verbo principal}] para o trabalho pelo menino.
- (22) O presidente [foi_{cópula de estado}] [excelente_{adj}] na sua administração.
- (23) O presidente [foi_{cópula de indivíduo}] [um grande homem_{indivíduo}].
- (24) O presidente [foi_{verbo principal}] ao jogo do seu time favorito.
- (25) O presidente [está_{auxiliar}] [deixando_{verbo principal}] o cargo.
- (26) O presidente [está_{cópula de estado}] [feliz_{adj}].
- (27) O presidente [está_{cópula locativa}] [em casa_{locativo}].

2.3.3

Restrições semânticas à derivação de passivas

No português e no inglês, línguas em que apenas verbos transitivos admitem ser apassivados²², não são claros os limites internos do grupo de verbos transitivos (cf. PINKER, LEBEAUX e FROST, 1987). Visa-se a discutir, nesta subseção, por que certos verbos não admitem ser apassivados, a despeito de possuírem as propriedades sintáticas comuns a predicados que, normalmente, são submetidos à apassivação. Trabalha-se com a hipótese de que haveria uma restrição semântica ligada a uma assimetria (ou um antagonismo de forças) entre as entidades envolvidas no evento, como sugere Talmy (1985).

Dois verbos igualmente transitivos, como "*comer*" e "*ter*", cujo comportamento é muito semelhante na voz ativa, não são igualmente apassiváveis, sem qualquer razão sintática aparente. Investiga-se, portanto, o que diferenciaria as sentenças nos exemplos em (29a e b), em que, a despeito de o verbo transitivo *ter*/(*have*) se comportar da mesma maneira que o transitivo *comer*/(*eat*) na ativa (28), na passiva (29), o mesmo não ocorre. É, no mínimo,

²² Outras línguas, entre elas, o holandês e o alemão, admitem passivas de verbos intransitivos (cf. JAEGGLI, 1986; BOECKX, 1998 e para uma revisão e discussão).

curioso que, sendo a apassivação um fenômeno produtivo no português, o verbo *ter* não seja contemplado.

- (28) a. O João comeu um doce. [voz ativa]
 a'. John ate a sweet.
 b. O João tem um doce.
 b'. John has a sweet.
- (29) a. O doce foi comido pelo João. [voz passiva]
 a'. The sweet was eaten by John.
 b. *O doce foi tido pelo João.
 b'. *The sweet was had by John.

É importante notar, todavia, que essa restrição parece ter um caráter semântico e não opera item-a-item do léxico, mas depende da composição semântica entre o predicador e os seus argumentos. Não raro, são encontrados exemplos do verbo *ter* com significados outros que não o de "*dispor de/possuir alguma coisa*" em que o fenômeno de passivação é observado (ver 30a./b.). Embora o verbo *ter* esteja envolvido nas três sentenças abaixo, o sentido não é o mesmo em todas elas. Em (30a.) "*foi tido*" é lido como "*ser considerado*" e em (30b.) como "*ser lembrado*". Em (30c.), o sentido atribuído "*passou a fazer parte do time espanhol*" não é aceito no português na estrutura em questão. Intui-se que, em português, verbos transitivos diretos são apassiváveis, a menos que o predicado em questão seja simétrico, como em (30c.).

- (30) a. O David **foi tido** pelos jornalistas como o melhor em campo.
 b. O aluno **foi tido** em conta pela universidade para o prêmio.
 c. *O jogador **foi tido** pelo time espanhol depois de intensa negociação.

Duas propostas, diferentes da que está sendo defendida aqui, foram arroladas para explicar o fenômeno da passivação e suas restrições: o traço de afetação e a presença do operador semântico BECOME. Nas próximas seções, ambas serão examinadas.

2.3.3.1

O traço de afetação

Uma das primeiras tentativas de se restringir a passivação via informação semântica foi feita a partir do traço de afetação. Essa proposta ficou conhecida na literatura como restrição de afetação (*affectedness constraint*) (KEENAN, 1985). Veja que enquanto o argumento interno no evento de *comer* é [+afetado] em (28a e 29a), o mesmo não acontece com *ter* em (28b e 28b). No inglês, a restrição de afetação seria claramente operante, segundo Pinker, Lebeaux e Frost (1987), em passivas não-prototípicas (ou pseudo-passivas com encalhamento de preposição), em passivas adjetivais e nomes passivos, como mostram os exemplos abaixo, respectivamente:

- (31) This bed was slept in. (DAVISON, 1980)
 (32) An unsold car/*An unsold customer. (WASOW, 1977)
 (33) a. The city's destruction by the Romans
 b. *The story's reading by the students (FIENGO, 1981)

O problema, no entanto, é justamente em relação às passivas verbais. Aparentemente, essa informação semântica *afetação* não pode ser tomada como uma restrição universal de passivação. Em línguas como o kinyarwanda, qualquer objeto pode ser submetido à passivação (ver KEENAN e DRYER, 2007) sem que afetação esteja necessariamente envolvida.

Mesmo em línguas como o português e o inglês, *afetação* não parece ser uma condição sempre necessária e suficiente para que se possa propô-la como restrição semântica do fenômeno de passivação. O próprio verbo perceptual *ver*, que admite passivas, tanto em português como em inglês, não afeta semanticamente de modo algum o argumento interno (ver também KYPARSKY, 2013; PRIMUS, 2011; ABRAHAM e LEISS, 2006).

Na próxima subseção, discute-se a outra possível restrição semântica universal, a presença do operador BECOME.

2.3.3.2

O operador BECOME e o smuggling semântico

Gehrke e Grillo (2009) apresentam uma proposta que faz uma ponte interessante entre a análise sintática de Collins (2005a) (ver subseção 2.2.2.) e o modelo semântico de Travis (2000). Essa proposta visa a "motivar" o movimento por *smuggling* (COLLINS, 2005a).

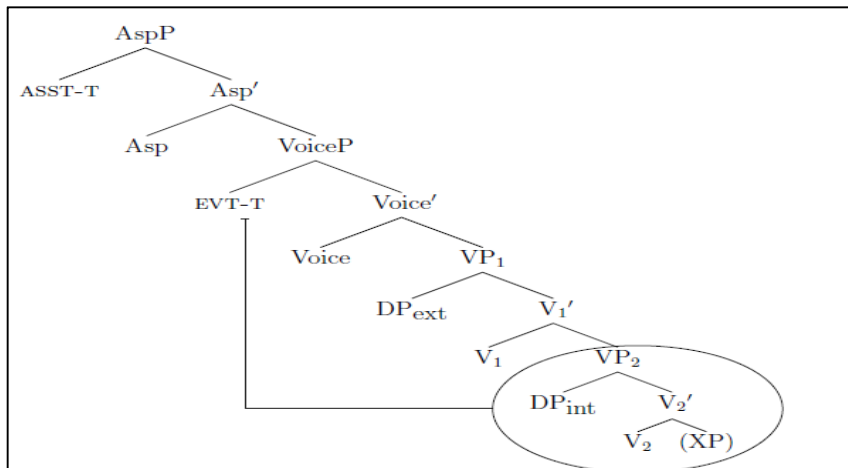


Figura 6: O smuggling na proposta "How to BECOME a passive" de Gehrke e Grillo (2009) (p. 236, número 8 no original).

Para fazê-lo, os autores assumem uma representação da concha do VP decomposta em dois subeventos (cf. MOENS e STEEDMAN, 1988; PARSONS, 1990; PUSTEJOVSKY, 1991; VON STECHOW, 1995; HIGGINBOTHAM, 2000; ROTHSTEIN, 2004; KRATZER, 2005; ARSENIJEVIC, 2006; RAMCHAND, 2004, *apud* GEHRKE e GRILLO, 2009), nesse caso, VP₁ e VP₂. Ademais, assumem um traço de natureza discursiva/quantificacional que, efetivamente, forçaria o movimento de VP₂, um subevento de estado consequente, para [spec, VoiceP], como ilustra a figura 6.

A hipótese principal de Gehrke e Grillo (2009) é a de que o "ingrediente" fundamental para explicar a passivação e, conseqüentemente, o movimento proposto por Collins (2005a) é a natureza semântica desse subevento. Em outras palavras, esse alçamento de VP₂ é resultado de uma transição associada ao componente BECOME (cf. DOWTY, 1979; 1993) e seria motivado por um traço de caráter discursivo. A função desse traço é separar (*single out*, no original) um elemento de uma estrutura de evento atemporal associado a um dos VPs – evita-

se, assim, que o sistema aplique o princípio de minimalidade relativizada (RIZZI, 1990). O traço discursivo dota o VP em questão de temporalidade, o que deflagraria sua promoção à fase seguinte, que é essencialmente temporal.

Em relação às questões semânticas, Gehrke e Grillo (2009) são enfáticos ao afirmar que não estão interessados em eventos essencialmente télicos (*accomplishments* e *achievements*, segundo a classificação de Vendler (1967)), senão em estruturas de eventos complexos que estariam baseadas em primitivos semânticos, o primitivo BECOME em particular²³.

Essa espécie de átomo ou primitivo presente na estrutura semântica de certos predicados verbais seria fundamental para explicar o fenômeno da passivação na proposta apresentada por eles. Toma-se como base a representação semântica de Dowty (1979), por exemplo, para *He sweeps the floor clean* (ver 34) (cf. Dowty (1979 p. 93), *apud* Gehrke e Grillo (2009)).

(34) [[He sweeps the floor] CAUSE [BECOME [the floor is clean]]]

Segundo Gehrke e Grillo (2009), o chão (*the floor*) é submetido a duas predicções. Primeiramente, tem-se que o chão está sendo limpo (*the floor is being swept*) e, então, o resultado dessa ação é ficar limpo (*the floor is clean*). As duas predicções estariam conectadas pelos predicados CAUSE e BECOME, sendo, portanto, a camada BECOME aquela que, em tese, é alçada no processo de passivação.

Em contrapartida, verbos que tenham uma estrutura de evento simples, tais como os dos exemplos em (35), embora transitivos, não poderiam ser submetidos à passivação porque, claramente, não dispõem do operador BECOME.

- (35) a. O computador pesa 20 quilos.
b. *20 quilos são pesados pelo computador.

Fato é que muitos verbos que são apassiváveis não necessariamente implicam a mudança de estado caracterizada pelo operador semântico BECOME.

²³ Essa decomposição de predicados verbais é uma representação do significado formulada em termos de primitivos semânticos (ex.: ACT, DO, CAUSE, BECOME, AFFECT, entre outros) com o objetivo, quase sempre, de classificar os tipos de verbo por sua natureza (cf. RAPPAPORT HOVAV & LEVIN, 2005).

É o caso do próprio verbo *varrer* em (36) em comparação ao verbo *quebrar* em (37). Ao contrastarmos (36) e (37) por meio desse teste de contradição do predicado²⁴, apenas em (37) a sentença mostra-se contraditória. Isso implica que a mudança de estado determinada pelo predicado só teria ocorrido de fato em (37), não em (36) como supunham Gehrke e Grillo, seguindo Dowty (1979) (ver também Beavers, 2011 para uma revisão mais ampla dessa discussão da afetação com/sem mudança de estado). Em suma, o primitivo BECOME só estaria presente efetivamente na sentença em (37).

(36) A casa foi varrida, mas continua cheia de sujeira.

(37) #A casa foi quebrada, mas continua inteira.

Rappaport Hovav e Levin (1998; 2010) afirmam que os verbos *varrer* e *quebrar* estão em duas classes semânticas diferentes; o primeiro, na classe dos verbos de maneira, e o segundo, na classe de verbos de resultado. A classe dos verbos de maneira teria uma representação muito mais simples do que propunha Dowty (1979). Essa representação que é do tipo [X ACT <manner>], como se vê, sequer envolve BECOME (ver também Meirelles, 2013 para uma discussão a respeito dos verbos de instrumento no português brasileiro).

A despeito da ausência de BECOME, passivas podem ser geradas a partir de diversos verbos da classe de maneira (por exemplo, *esfregar*, *pentear*, *arar*, entre outros) sem que a passiva implique parcial ou total mudança de estado. O mesmo ocorre com verbos psicológicos (*admirar*, *respeitar*) e perceptuais (*ver*, *ouvir*, *cheirar*, etc.) que tampouco dispõem de BECOME nessa decomposição do verbo em primitivos semânticos.

Além da questão da ausência de BECOME não impedir a geração de passivas de forma consistente, existem verbos no português que dispõem do operador BECOME no seu *template*, mas não admitem a passivação, apesar de constituírem predicados ditos complexos. É o caso da classe de verbos como *preocupar*, cuja representação, segundo Cançado, Godoy e Amaral (2013), é [[X] CAUSE [BECOME Y <preocupado>]]. Apesar disso, esses verbos não formam passivas verbais (36a), apenas adjetivas (36b), como ilustram os exemplos em

²⁴ Para outros testes semânticos deste tipo, ver Beavers e Koontz-Garboden (2012).

(36) (ver também BELLETTI e RIZZI, 1988; GRIMSHAW, 1990). Conclui-se, portanto, que uma proposta com base no primitivo BECOME não é suficiente para dar conta do fenômeno de passivação nas línguas.

- (38) a. *O João foi preocupado pela mãe.
b. O João ficou preocupado com a mãe.

Tendo dito isso, volta-se à proposta de Talmy (1985) a que se fez referência no começo da seção.

2.3.3.3

A proposta de Talmy (1985) a partir de um viés internalista

Em Talmy (1985), desenvolve-se uma teoria semântica na qual os exercícios *estático* (*static*) e *dinâmico* (*changing*) são tratados como casos especiais de uma noção geral de "dinâmica de força" (*force dynamics*). As noções temáticas por trás de "agente" e de "paciente" e também de vários tipos de causação expressas linguisticamente (direta, indireta, permissiva, etc.) seriam definidas em termos de interações entre entidades mais primitivas. Especificamente, "agonistas" (*agonists*), normalmente pacientes, e "antagonistas", normalmente agentes.

Na visão particular desta tese, essa proposta pode ser incorporada como um *insight* interessante para a discussão de como a criança pode identificar passivas em línguas como o português e o inglês, sem a necessidade, contudo, de maior comprometimento com a teoria semântica cognitivista que vem sendo desenvolvida por Talmy.

Duas questões, contudo, precisam ser enfrentadas para que esta proposta se harmonize aos fundamentos sobre os quais se assenta essa tese:

- (i) caracterizar o que são eventos assimétricos;
- (ii) explicar formalmente o que gera essa assimetria;

No que concerne a (i), faz-se necessário explicar o que significa dizer que um evento envolvendo um *agente* e um *paciente* é assimétrico. Ao se comparar as

diferentes sentenças em (39)²⁵, parece que os conceitos de agente e paciente tampouco são os mais adequados para a caracterização dessa assimetria (cf. LEVIN, 1985; SCHLESINGER, 1982).

- (39) a. A chave abriu a porta.
 a'. A porta foi aberta pela chave.
 b. A garota preocupou a Maria.
 b'. *A Maria foi preocupada pela mãe.
 c. *A colher comeu o cereal.
 C'. *O cereal foi comido pela colher.

Em (39a), *a chave* não é exatamente um *agente*, mas pode ser interpretada como a entidade habilitadora (*enabling*) do evento, porque chaves são instrumentos necessários para possibilitar a abertura de portas, partindo-se da pressuposição de que estejam trancadas. Diferentemente, em (39b), embora *a garota* seja uma entidade [+animada], ela não tem controle, não desencadeia o evento de preocupar; por isso, (39b') não é boa. Em (39c), num contexto restrito de *comer cereal*, *a colher* tampouco controla ou desencadeia o evento. Mesmo sendo instrumento, como o é *a chave*, *a colher* num contexto restrito de *comer* não exige sua presença, não é nem suficiente, sequer necessária para que o evento ocorra. *Colheres* não são, portanto, o verdadeiro *antagonista* de cereal, por isso, a sentença não é boa, nesse caso, nem (39c), nem (39c').

Parece que passivas exigem certa intenção, volição e/ou controle por parte daquele que realiza, experimenta ou desencadeia o evento, como tem sugerido Cançado (1995; 2002; 2005) em vários de seus trabalhos. Cançado (2005) propõe uma abordagem diferente para os papéis temáticos, deixando de assumi-los como noções primitivas, senão como um conjunto de *propriedades semânticas acarretadas composicionalmente pelas proposições a determinados argumentos* (p. 54). Essas propriedades são descritas como *controle*, *desencadeador*, *afetado*, *estativo*. Para Cançado e Franchi (1999) seriam apassiváveis, pelo menos no português, os predicados cujo argumento externo seja uma entidade animada que viabilize uma leitura da propriedade controle na interface semântica ou, em não

²⁵ Os exemplos foram adaptados de Levin (1985) e Schlessinger (1982) para o português.

sendo animada, disponha da propriedade de desencadeador em relação ao evento que o predicado denota.

Note-se, por exemplo, o contraste entre (40) e (41) apresentado em Pinker, Lebeaux e Frost (1987, p. 197). Nos exemplos em (40), vê-se que o argumento externo exerce controle sobre o evento em questão, o que, segundo Cançado e Franchi (1999), legitima a existência das passivas. O mesmo não ocorre nos exemplos em (41), em que o argumento externo é não possui, nem controle, nem desencadeador.

- (40) a. John owns three bicycles.
 b. Many people misunderstand the argument.
 c. Dr. Caron weighed the patient.
 a'. Three bicycles are owned by John.
 b'. The argument is misunderstood by many people.
 c'. The patient was weighed by Dr. Caron.
- (41) a. John has three bicycles.
 b. The argument escapes many people.
 c. Tiny weighs 210 pounds.
 d. The coming decade will see many changes.
 e. This bottle contains a deadly poison.
 f. Tom resembles Gene.
 a'. *Three bicycles are had by John.
 b'. *Many people are escaped by the argument.
 c'. *210 pounds are weighed by Tiny.
 d'. *Many changes will be seen by the coming decade.
 e'. *A deadly poison is contained by this bottle.
 f'. *Gene is resembled by Tom.

Faz-se uma observação aqui, contudo, em relação ao fato de que não é apenas a propriedade de controle/desencadeador o que gera a assimetria, embora ela seja fundamental. É preciso que, além de deflagrar o evento, o argumento externo não seja de modo algum afetado por esse mesmo evento. Se se comparam os enunciados em (40) a partir do ponto inicial de ação, pode-se chegar à

conclusão de que, pelo menos do ponto de vista do início do evento, esses predicados são distintos.

- (42) a. O João abraçou a Maria.
 a'. O João e a Maria abraçaram-se.
 b. A Maria foi abraçada pelo João.
 b'. *A Maria e o João foram se abraçados.

Em (42a), dizer que *o João abraçou a Maria* não implica *a Maria* ter devolvido o abraço. Dessa relação, é possível inferir a existência da passiva em (42b). Já a sentença em (42a') implica um evento recíproco, portanto, simétrico, do qual se tem uma sentença completamente anômala (42b'), impossível. Por outro lado, note-se que, na sentença em (43), não é estranho supor que *João* tenha certo controle sobre o evento de *casar-se* com *Maria* (ver 43a), mas como ambos *João* e *Maria* são simultaneamente afetados pelo evento não há como gerar a passiva em (43b.).

- (43) a. John married Mary.
 b. *Mary was married by John.
 (44) Mary was married by a catholic priest.

Já no exemplo em (44), a própria passiva implica o rompimento da simetria proposta pelo verbo *casar-se* (*marry*) para que seja interpretada. O *padre católico* tem o poder constituído -manifestação de controle- que o permite casar *Maria* sem, no entanto, *casar-se com ela*. Como o padre não é simetricamente afetado, não há qualquer problema na interpretação dessa passiva.

Predicados simétricos são aqueles em que ambos têm controle sobre a ação ou ambos são simultaneamente afetados por essa mesma ação da qual eles podem ser corresponsáveis. Disso infere-se que um predicado é assimétrico quando o argumento externo deflagra o evento que o verbo codifica, atuando sobre o interno, sem ser simultaneamente afetado pela ação desse mesmo evento.

Note-se que, até aqui, discutiu-se a informação que se encontra na interface semântica. Tentou-se dar uma definição do que seria essa assimetria de forças a que se fez referência no começo desta subseção. Falta, contudo, discutir o

segundo ponto: o que provoca essa assimetria e, ao mesmo tempo, impede que predicados simétricos sejam gerados.

Átomos semânticos, papéis temáticos, subpropriedades temáticas, nada disso seria, contudo, legível pelo sistema computacional que só lê traços formais. Com base nisso, seria possível prever que, ao menos no português, qualquer verbo transitivo seria candidato à apassivização. Assevera-se aqui, porém, que a presença do traço semântico desencadeamento, tão necessária à leitura assimétrica entre os argumentos, torna-se crucial à sobrevivência de uma passiva na interface semântica.

O que provoca a assimetria, contudo, é o próprio nó funcional passiveP que toma para si um argumento externo sob a forma de PRO, segundo a proposta de Lima Júnior e Augusto (2015). Esse merge de PRO em [spec, passiveP] possibilita a leitura dos traços [+desencadeador] na interface semântica. PRO, porém, não tem traços semânticos intrínsecos; por isso observa-se a dissociação compulsória entre a entidade que deflagra a ação e a que recebe, impedindo que haja simetria semântica entre os argumentos.

É importante observar que, mesmo se o verbo impedir essa leitura assimétrica, o sistema computacional tem condições de derivar a passiva que é barrada, contudo, na interface semântica da língua.

Na próxima subseção, passa-se a algumas questões de aquisição a partir de propriedades semânticas e morfológicas da passiva.

2.3.4

A aquisição de passivas a partir de questões semânticas

A respeito da reversibilidade de papéis temáticos, discutida na seção (2.3.1.), tem-se que sentenças reversíveis são, de modo geral, apontadas pela literatura como mais complexas para aquisição do que as irreversíveis (STROHNER e NELSON, 1974; ver também experimento 2 do capítulo 6), especialmente para a aquisição de passivas (SLOBIN, 1966; BEVER, 1970, DE VILLIERS e DE VILLIERS, 1973). Para detalhes desses trabalhos, ver capítulo 3 desta tese.

É consenso na literatura que, para alcançar a interpretação correta de uma passiva irreversível, o indivíduo poderia valer-se de estratégias outras que não a

pura e simples análise sintática, facilitando-se, assim, a sua tarefa frente ao objeto linguístico. O segundo experimento a ser reportado neste trabalho manipula a reversibilidade em sentenças ativas e passivas, além de possíveis demandas aspectuais diferenciadas em tarefas de mapeamento *off-line* sentença-imagem.

Outra questão bastante complexa e que será colocada, ainda que de forma bastante incipiente neste trabalho é: existe um custo particular de reversibilidade para cognição, independentemente de língua? Se sim, como apontam Richardson Thomas e Price (2010), como modelos funcionais seriam capazes de caracterizar esse custo e distingui-lo de custos exclusivamente computacionais? O sexto experimento, feito com adultos, (ver capítulo 6) também avança um pouco nessa questão.

As relações entre auxiliar e particípio, e, naturalmente, as interpretações por elas evocadas também são muito importantes para os objetivos desta tese. Como se colocou já na introdução, espera-se que a identificação dessa dependência seja crucial para deflagrar o conhecimento básico/fundamental relativo a construções passivas verbais. Ademais, essa dependência deve estar atrelada à presença de um argumento externo, um operador semântico existencial (ou um PRO arbitrário), com propriedades [+desencadeador]. Logo, tem-se que o complexo *Aux-ser+V-do* é também o índice da assimetria entre os argumentos do verbo. Essa assimetria, como se está argumentando aqui, tem que ser percebida pela criança para a completa especificação da natureza de passiveP no português.

Como um epifenômeno da presença de passiveP e, conseqüentemente, da inertização sintática de PRO em [spec, passiveP], observa-se a promoção do argumento interno. PassiveP, portanto, aloca momentaneamente o objeto semântico do verbo na borda de sua fase, numa posição de spec extra, dando-lhe condições de mover-se para [spec, TP], a posição do sujeito. Argumenta-se que esse movimento é disparado pela ação de um traço formal vinculado à interface intencional. Esse será discutido na próxima seção (2.4.), em que as propriedades discursivas da passiva serão examinadas.

Por fim, cabe afirmar que, no capítulo 4, mais especificamente na seção (4.3.), propõe-se um algoritmo de aquisição com base, principalmente, nas características semânticas e morfológicas levantadas aqui. Nele, um passo-a-passo acerca daquilo que seria a tarefa de aquisição de passivas é provido à luz do modelo psicolinguístico de aquisição da linguagem, o MPAL de Corrêa (2009a/b).

Antes disso, porém, na seção (2.5.), faz-se uma síntese das propriedades morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas das passivas, incluindo, portanto, as discussões que se seguem na próxima seção (2.4.).

2.4

As passivas e suas propriedades discursivo-pragmáticas

Nesta seção, as propriedades funcionais das passivas são averiguadas. Parte-se do pressuposto de que elas, em alguma medida, justificam a utilização de uma sentença passiva em tempo real e decorreriam da atuação de mecanismos intencionais.

É importante observar que as passivas são consideradas estruturas pragmaticamente marcadas; ou seja, comparando-se uma sentença ativa e uma passiva, a última é menos neutra do ponto de vista funcional do que a primeira (KEENAN e DRYER, 2007). As formas menos marcadas são, possivelmente, mais acessíveis, especialmente por respeitarem, entre outros aspectos, a ordem canônica da língua.

Ao que parece, o fato de uma sentença fugir ao padrão default de ordenação da sua língua implica custo (ver CORRÊA e AUGUSTO, 2007; 2011). Por outro lado, deve haver vantagens discursivas que justifiquem mais claramente o uso de passivas em determinados contextos e que, de modo geral, os indivíduos devem ser sensíveis de modo mais ou menos semelhante a eles. Que circunstâncias discursivas são essas é o questionamento de vários trabalhos de caráter funcionalista que revisaremos na subseção (2.4.1.). Em última instância, se essas circunstâncias discursivas podem criar demandas diferenciadas de processamento é um questionamento dessa tese que volta a ser contemplado nos capítulos 4 e 5 (especialmente no 5) e investigado experimentalmente, como reportado no capítulo 6 (experimentos 3, 4 e 5).

Na subseção (2.4.2.), discute-se como e até que ponto uma teoria formal internalista está interessada nesses aspectos pragmáticos. Assume-se que os pontos discutidos nessa subseção serão importantes ao se pensar questões de aquisição, como já se fez referência no parágrafo anterior, mas serão ainda mais cruciais no desenvolvimento de modelos da computação em tempo real, como se verá no capítulo 5.

2.4.1

A abordagem funcionalista

Os estudos funcionalistas apreciam a passiva perifrástica por diferentes vieses. Para Jespersen (1965), o fenômeno envolveria uma questão de ponto de vista; o indivíduo, ao produzir dito enunciado, abordaria o evento pelo modo como esse evento parece afetar o paciente. Sendo assim, o paciente é colocado em primeiro plano.

De forma algo semelhante, para Givón (1979), a função da passiva é a promoção do elemento não-agente a tópico. Isso implica, segundo Van Oosten (1986), a demissão do agente menos topical. É como se a demissão do agente ocorresse em função do caráter [+tópico] do paciente. Essa demissão é expressa em Keenan (1985) como o rebaixamento do agente (KEENAN, 1985) e em Shibatani (1985) e Duarte (1990) como de-tematização, que significa deslocar o agente da posição de tema.

Para Halliday (1994), a função principal da voz passiva é o apagamento do Agente, o que, em certo sentido, está em consonância com a generalização observada em Keenan e Dryer (2007, p. 330), em que se afirma que a forma básica da passiva é a *passiva curta* (*O João foi amarrado*).

Em linhas mais gerais, numa perspectiva tipológica, as passivas enquadram-se entre as estruturas em que se observa uma espécie de operação de salientação (*foregrounding operation*) de um constituinte (KEENAN e DRYER, 2007). As passivas seriam, por um lado, uma espécie de topicalização, semelhantes a construções de tópico (ver exemplo em 45a.) e construções com deslocamento para a esquerda (*left-dislocation*) (ver exemplo em 45b.).

- (45) a. Feijão, eu comi ontem.
b. Enquanto presidenta eleita, a população não deveria vaiá-la.

Por outro lado, apesar das semelhanças, as passivas diferem das estruturas citadas no parágrafo anterior em termos pragmáticos, em primeiro lugar, porque a sua existência depende fundamentalmente de uma assimetria entre as entidades envolvidas na proposição (ver seção 2.3.3.), note-se que, em (46), o verbo *ter*

admite, sem problemas, a topicalização, embora seja resistente às passivas no Português.

- (46) a. Carros, eu tenho dois na garagem.
b. *Dois carros são tidos por mim.

Em segundo lugar, as passivas (em relação a outras topicalizações) parecem dispor de uma operação de salientação mais frágil (*weaker*) (KEENAN e DRYER, 2007), uma vez que o objeto lógico da passiva é tão tópico quanto o sujeito da ativa o era (FOLEY e VAN VALIN, 1985). Em construções de topicalização e de deslocamento citadas (ver exemplos em 48), o tópico (*feijão/presidente eleita*) tem caráter mais marcado (mais topical) do que o sujeito (tópico menos marcado), respectivamente, *eu/ a população*.

Finalmente, diferentemente das construções de tópico, o agente/experienciador/causador é "apagado", ou tem o seu status relegado à forma de um sintagma oblíquo. De uma perspectiva funcionalista, a maneira de expressar esse sintagma (ou até mesmo não explicitá-lo) pode ser tomada como relevante, já seja porque o *by-phrase*²⁶ (caso explicitado) é a informação nova na mensagem, seja por uma ênfase contrastiva que se queira dar a esse *by-phrase* (A porta foi aberta pelo Pedro, não pelo João).

No domínio do texto e da sua organização, as passivas verbais perifrásticas funcionariam como um recurso linguístico para facilitar o posicionamento de informação dada antes de informação nova, na ordem dos constituintes oracionais (HAWAD, 2002). Possivelmente, por razão de clareza e coerência na exposição, o escritor assumiria como estratégia usar a passiva para a manutenção do tópico e dirigir a atenção do leitor para aquilo que é novo na mensagem a ser enunciada, seja o evento em si, seja o agente/experienciador/causador desse evento.

Para finalizar esta subseção, tem-se, na figura 7, as diferentes maneiras como as passivas são caracterizadas do ponto de vista funcional. É importante questionar, à luz dessas propriedades, quais os efeitos das mesmas para uma teoria de aquisição, em especial, para o desempenho de crianças em curso de aquisição.

²⁶ É importante esclarecer aqui que a opção de se manter a expressão *by-phrase* para se falar do sintagma oblíquo das passivas está em consonância com a proposta deste trabalho e não necessariamente com as propostas funcionalistas.

<i>Quadro de propriedades funcionais gerais das passivas</i>	
i.	Abordagem do evento pelo “ponto de vista” do paciente;
ii.	Promoção/topicalização do constituinte não-agente;
iii.	Demissão/Detematização/Rebaixamento funcional do <i>by-phrase</i> ;
iv.	Apagamento-Explicação do <i>by-phrase</i> como um dado informacional relevante;

Figura 7: Quadro com as propriedades funcionais mais relevantes para o uso das passivas verbais analíticas;

Na próxima subseção, as propriedades funcionais elencadas na figura 7 passam a ser examinadas sob uma perspectiva formalista. O objetivo é ver em que medida o modelo formal permite essa aproximação entre a interface sintaxe-pragmática e, posteriormente, quão importante essa aproximação é para um modelo procedimental da aquisição e para um modelo da computação em tempo real.

2.4.2

A interface sintaxe-pragmática sob uma perspectiva formal

Voltando ao início deste capítulo, no começo da apresentação das propriedades estruturais da passiva ainda numa fase pré-minimalista (subseção 2.2.), vê-se que a noção de movimento figurava como uma das propriedades centrais dessa estrutura (ver figura 1, item 3). Por outro lado, ao se apontar que um determinado elemento/sintagma foi promovido ou demovido, como discutido na subseção anterior (2.4.1), também questões de deslocamento estão sendo discutidas. É sob esse viés que se está enxergando, nesta subseção, a possibilidade de diálogo entre essas noções discursivas discutidas na subseção anterior com a noção de movimento da teoria linguística.

Desde a introdução do termo *merge* interno (*internal merge*) (cf. CHOSMKEY, 2004; 2005a), Chomsky tem afirmado que movimento existe para atender a requerimentos externos à língua, tais como relações de escopo e/ou relacionados ao discurso (*discourse-related properties*) (ver também RIZZI,

2006). Do ponto de vista de uma teoria formal de língua, duas questões devem ser colocadas:

- (i) no caso das passivas, qual é a natureza do requerimento que exige o movimento do argumento interno do verbo para a posição de sujeito sintático?
- (ii) como esse requerimento pode ser incorporado à computação que, como se disse, é guiada por traços formais.

A partir daqui, tenta-se responder a essas duas perguntas.

Em poucas palavras, no PM, a operação de movimento é deflagrada pelo pareamento de traços. E caracteriza-se da seguinte maneira: um núcleo X dotado de um traço α atua como uma sonda na busca de um alvo Y, dentro do seu domínio, que possua o mesmo traço. Assim sendo, Y é concatenado novamente (*remerged*) no domínio estrutural imediato de X, seja junto ao seu núcleo, caso Y seja núcleo, seja junto ao especificador de X, caso Y seja um DP (ver CHOMSKY, 2001).

Tradicionalmente, dois tipos de movimento eram tipificados na teoria linguística, o já mencionado movimento-A (ver subseção 2.2.), observado na derivação de passivas, e o movimento-A' (ver AUGUSTO, 2008). Ambos seriam expressões aparentemente distintas de *merge interno*.

O movimento-A' é caracterizado pela posição de pouso do sintagma movido, pois termina numa posição não-argumental, por exemplo [spec, CP]. Os resultados de movimento-A' são bem evidentes nas interfaces e estão relacionados a perguntas do tipo Qu-, relativas, construções de tópico, força e foco. O que deflagra movimento nessas construções é presença de traços dos sistemas periféricos, de força, de tópico, de foco, etc. (RIZZI, 1997; 2003; CINQUE, 1999), os chamados *peripheral features* (traços periféricos).

As passivas não fariam parte das construções que envolvem traços periféricos. Sua derivação depende de relações concebidas na organização da estrutura argumental, estando relacionada aos merges externos (*external merges*) aplicados. Como se apresentou, o processo de passivação dos verbos parece submetido a restrições propriamente semânticas (subseção 2.3.3.), diferentemente

das construções de tópico, relativas e interrogativas. O movimento é interno à sentença, para a posição de sujeito.

Na visão tradicional, clássica, argumenta-se que todo movimento-A seria motivado por requerimentos de Caso, portanto, um requerimento da interface com a morfologia – o que repercute na interface fônica – mantendo-se a intuição de que movimento deve ser uma exigência de interface (ver CHOMSKY, 2000)²⁷.

Segundo Rizzi (2006), numa visão mais recente acerca do que seja movimento, presume-se que se a posição de sujeito é dotada de propriedades discursivas especiais (*endowed with special discourse properties*), tais como quase-topicalidade (*quasi-topicality*) (cf. CHOMSKY, 2001), nesse caso, seria possível assumir que o movimento para a posição de sujeito [spec, TP] ocorra também por requerimento da interface conceptual-intencional. Isso ocorre para todas as sentenças, independentemente do tipo de voz. Rizzi (2006) esclarece que essa exigência decorre da necessidade de que eventos sejam expressos num formato sujeito-predicado (cf. ROTHSTEIN, 1983 *apud* RIZZI, 2006).

O que exatamente permite a atuação do sistema computacional na subversão da ordem canônica no caso das passivas já é resposta para a segunda pergunta que se quer responder nesta subseção.

Chomsky (2001), avançando com o modelo de *Fases*, afirma que a valoração de traços formais dos DPs não suscitaria operações de movimento como anteriormente apontado em (2000). O movimento-A, que leva o argumento interno para a posição de sujeito, portanto, deixou de ser pensado em função de Caso (ver nota 27) que, segundo as reivindicações do modelo de (2001), seriam

²⁷ Estudos do Islandês colocam em xeque, contudo, a ideia de movimento como requerimentos do sistema de Caso/Concordância (*Case/agreement*) para valoração de Caso, defendida em Chomsky (2000, p. 108). O chamado *quirky Case* do Islandês nada mais seria do que o movimento de um elemento com Caso já valorado para a posição de [Spec, TP], posição tradicionalmente reservada para o sujeito. Acontece que, no Islandês, certas construções possuem um sintagma ocupando essa mesma posição [spec, TP] com outra marca de Caso que não a de nominativo. O sintagma, embora não disponha da marca de nominativo, comporta-se como verdadeiro sujeito (ZAENEN, MALING e THRÁINSSON, 1985; RICHARDS, 2004), como ilustra os exemplos em (a) e (b).

- a. *Skipstjórinn sökkti skipinu*
 O capitão_[nominativo] afundou o barco_[Dativo]
 b. *Skipinu var sökk af skipstjóranum*
 O barco_[dativo] foi afundado pelo capitão_[nominativo]

O Caso do objeto sintático da ativa (dativo) (ver 53a.), por exemplo, é preservado na passivação, em que esse objeto é promovido a sujeito sintático da passiva sem que haja alteração de Caso (ver 53b.), diferentemente do que ocorre na maioria das línguas.

valorados *in-situ*, à longa distância, sob a operação de concordância (*Agree*). O movimento-A passa, então, a ser justificado/motivado pelo que se convencionou chamar de traço-EPP (*EPP-feature*).

A partir do modelo de (2001), tanto o movimento-A, quanto o A' são deflagrados na presença de um traço característico de movimento, respectivamente, o traço-EPP²⁸ ou um traço-P. O que não é claro no modelo de língua é a origem desses dois traços (P e EPP), pois o status que ambos ostentam é essencialmente descritivo.

Sabe-se que o traço-P estaria vinculado a um núcleo periférico e o traço-EPP, principalmente, ao nó funcional TP. O traço-P é eventual, tendo-se em vista que nem toda sentença apresenta deslocamento para a periferia esquerda; o traço-EPP é obrigatório, porque toda sentença tem um sujeito. O traço-P força o movimento, independentemente de Caso; o traço-EPP forçaria, em geral, o movimento de constituinte [μ Caso], daí ter-se afirmado, durante muito tempo, que o DP_{sujeito} movia-se para valorar Caso_{nominativo} contra T.

Rizzi e Schlosky (2007), até onde se conseguiu levantar, são os que melhor caracterizam de que natureza é a informação de interface atrelada a esse traço EPP. Para os autores, o EPP clássico pode ser repensado nos termos de um requerimento de critério (*criterial requirement*), o critério do sujeito - algo nos termos de Rizzi (1997) em relação a critério de tópico, de foco ou de Qu (ver RIZZI e SCHLONSKY, 2007, p. 116).

Para Rizzi e Schlosky (2007), sujeitos dão origem à seguinte estrutura [DP [Subj XP]] (p. 118, exemplo 8). Essa estrutura permitiria a seguinte interpretação "sobre o DP, eu estou reportando o seguinte evento XP". Nesse sentido, sujeitos compartilhariam com construções de tópico a propriedade de *aboutness*, capaz de relacionar sujeito-predicado da mesma forma que relaciona tópico e comentário, embora sejam diferentes das topicalizações em relação à necessidade da conexão discursiva (*D-linking*) que impede que enunciados contendo construções de tópico sejam enunciados fora de contexto.

Aventa-se, portanto, a possibilidade de que exista uma relação bilateral entre TP e o DP que assumirá a posição de sujeito. Essa relação não se estabelece

²⁸ No modelo de Chomsky (2001), assume-se que o movimento-A ocorra porque TP, em sendo uma sonda de traços- Φ completos, dispõe do traço EPP mencionado que atrairá para o seu o especificador o DP visível.

em virtude de traços- Φ do DP, nem tampouco da necessidade de valoração de Caso nominativo, senão de uma informação sintática relevante para a interface intencional: discriminar sujeito de predicado.

Utilizando-se dessa visão de Rizzi e Schlonsky (2007), é possível motivar o movimento do argumento interno que ocorre na passiva para [spec, TP]. Essa motivação decorre da associação de um traço análogo ao periférico, o traço-*-EPP/aboutness*, ao DP (argumento interno). Análogo é usado aqui no sentido de que ambos P e EPP são traços formais que atendem a um requerimento das interfaces.

2.4.3

A aquisição de passivas a partir de questões pragmáticas

A ordenação *default* dos constituintes sintáticos parece muito relevante para o processo de aquisição. Segundo Wexler (1998), o padrão de ordem é reconhecido desde muito cedo pelas crianças. Nesse sentido, é possível prever que todo tipo de sentença que corresponda a esse padrão é mais rapidamente identificável por parte da criança. Qualquer alteração na ordem canônica acarretará estranhamento e, possivelmente, dificuldade, sobretudo, para as crianças em curso de aquisição.

Ao se dizer que a criança já adquiriu uma passiva, porém, tem-se, grosso-modo, que ela teria identificado que o sujeito sintático de uma sentença transitiva pode ser expresso como objeto semântico. Assim sendo, estranha ou não, a passiva deverá ser reconhecida pela criança como uma sentença da língua, independentemente de possíveis dificuldades que a computação de uma passiva, em comparação com uma ativa, pode exigir.

Especula-se aqui que seria bastante contra-intuitivo que a passiva seja legitimada como uma alternativa válida em relação à ativa em não havendo nada que justifique seu uso. Por outro lado, pode-se especular também que, tendo percebido vantagens comunicativas no uso da passiva, a criança (ou mesmo o adulto) estará mais propensa a usá-la e até a identificá-la com mais facilidade. Estudos em aquisição têm explorado essa interface sintaxe-pragmática na busca de ambientes discursivos propícios para a compreensão/produção de determinadas sentenças (CRAIN, 1987; CRAIN, THORNTON e MURASUGI, 1989/2009;

DEMUTH, 1990; O'BRIEN, GROLLA e LILLO-MARTIN, 2006). Negar essas vantagens discursivas seria supor que as passivas jamais seriam plenamente adquiridas, ou se adquiridas, nunca usadas.

Em relação a essas possíveis circunstâncias discursivas propícias, chamam atenção as línguas-Banto, principalmente o sesotho (Soto do Sul). Nessa língua, o uso espontâneo de passivas parece ser bem mais abundante que nas línguas indoeuropeias, o inglês em Particular (DEMUTH, 1989; KLINE e DEMUTH, 2010). Segundo Demuth (1990), em sesotho, o sujeito-sintático tem que recuperar o tópico do discurso obrigatoriamente. É nesse sentido que o uso da passiva tornar-se-ia mais relevante nessa língua do que o é em outras, como no português brasileiro em que essa obrigatoriedade não se sustenta. Embora Demuth (1990) pense que essa seja uma condição favorável para a aquisição, essa tese vai além ao se questionar se essa não seria uma condição favorável também para o processamento no que concerne a custo.

Na subseção (2.4.1.), apontou-se que essa restrição de continuidade do discurso que determina a sentença conseguinte mantenha o sujeito que é tópico do discurso é apontada como uma estratégia válida também para o texto escrito, no sentido de ser eficiente ao torná-lo mais palatável (ver HAWAD, 2002). À luz dos dados do sesotho (DEMUTH, 1989; 1992; KLINE e DEMUTH, 2010) e das conclusões de Hawad (2002), cabe questionar se esse ambiente discursivo poderia ajudar a tornar felizes pragmaticamente essas sentenças passivas que, isoladamente, parecem trazer maior fardo para a compreensão de crianças (cf. capítulo, experimentos 4 e 5).

O tratamento formal que foi dado na subseção (2.4.2.) a esses aspectos discursivos parece permitir que hipóteses acerca de custo computacional sejam entretidas à luz de um modelo da computação em tempo real. A interface conceptual-intencional não é explorada de maneira independente pelo modelo de língua gerativista. Por assim dizer, na numeração, não se leva em consideração a intenção do indivíduo ou as situações de discurso que levam esse indivíduo a derivar uma sentença ativa, passiva, relativa, ou topical à sua escolha.

No âmbito de um modelo da computação em tempo real, como o MINC (CORRÊA e AUGUSTO, 2007, 2011), essa divisão entre sistemas conceitual e intencional torna-se natural e desejável (cf. capítulo 5). A maneira como Rizzi e Schlonsky (2007) abordam a questão em termos de um traço de identificação do

sujeito, portanto, parece apontar um caminho interessante na direção de se estudar fenômenos como o da passiva desde uma perspectiva que leva em consideração questões próprias da sua relação com o discurso.

Como se apontou desde o começo deste capítulo, o objetivo era não ficar preso a uma perspectiva. Ao se considerar a aquisição da linguagem, as questões relevantes não são apenas aquelas internas ao modelo de língua, mas todos os aspectos que viabilizam que essa língua seja posta em uso. Naturalmente, a intenção do falante não pode ser desconsiderada, seja por opção que o mesmo faz por uma perspectiva (JESPERSON, 1965), seja por demandas do discurso (CORRÊA, 2005; CORRÊA e AUGUSTO, 2011; SNYDER e HYAMS, 2008; GEHRKE e GRILLO, 2009), seja por uma estratégia consciente de tornar a mensagem mais palatável (HAWAD, 2002).

A partir disso, o traço-EPP, neste trabalho, será entretido como um traço [+sujeito] a ser exibido no DP que, segundo exigência da interface intencional, é movido para [spec, TP] pelo componente sintático. No capítulo 5, como se afirmou, volta-se a essas questões que também são tema de um dos experimentos já realizados e de alguns já planejados para a versão final desta tese.

2.5

Passivas, uma síntese

Nesta subseção, que serve também como conclusão para o presente capítulo, pode-se dizer que, no estudo conduzido em busca de uma apresentação das propriedades definidoras do que seja o fenômeno da passiva, chegou-se a algumas conclusões. A ideia é reuni-las agora.

Do ponto de vista morfofonológico, destacou-se o papel da sequência não adjacente *Aux-ser+V-do* como padrão relacionado às passivas, servindo como índice para alavancar o procedimento para a aquisição de todas as propriedades da passiva, como será discutido no capítulo 4. Se a hipótese aqui arrolada e defendida está na direção certa, então parece natural assumir que, pelo menos no português, o auxiliar cumpra, juntamente com o particípio, uma função central na aquisição de passivas.

Do ponto de vista sintático, continuou-se a sustentar um processo derivacional *active-like* para as passivas, assim como Boeckx (1998) e Collins

(2005a) já haviam feito com sucesso (ver LIMA JÚNIOR, 2012). Com base em Lima Júnior e Augusto (2015), argumentou-se em favor da existência de um núcleo funcional específico de passivas, *passiveP*, alternativo a *vP*, que pelas propriedades semânticas do seu núcleo é incapaz de valorar Caso do argumento interno, alocando-o num especificador extra.

Do ponto de vista semântico, asseverou-se que existe uma restrição na configuração temática do predicado verbal a ser passivado. Este predicado deve promover uma assimetria entre as entidades envolvidas semanticamente com ele. Ademais, o complexo verbal (*aux+part*) tem uma natureza aspectual perfectiva característica das passivas verbais.

Finalmente, do ponto de vista pragmático, a passiva é uma estrutura usada como forma, ou de promover o elemento não-agente por requerimentos da interface intencional, ou ainda para apagamento/indeterminação do elemento responsável pelo evento [+desencadeador]. Essa promoção do argumento interno ocorreria pela presença de *passiveP* que aloca o argumento interno em seu *spec* extra e, principalmente, por um traço EPP que está vinculado à posição de sujeito. Todas essas propriedades são resumidas no quadro da figura 8.

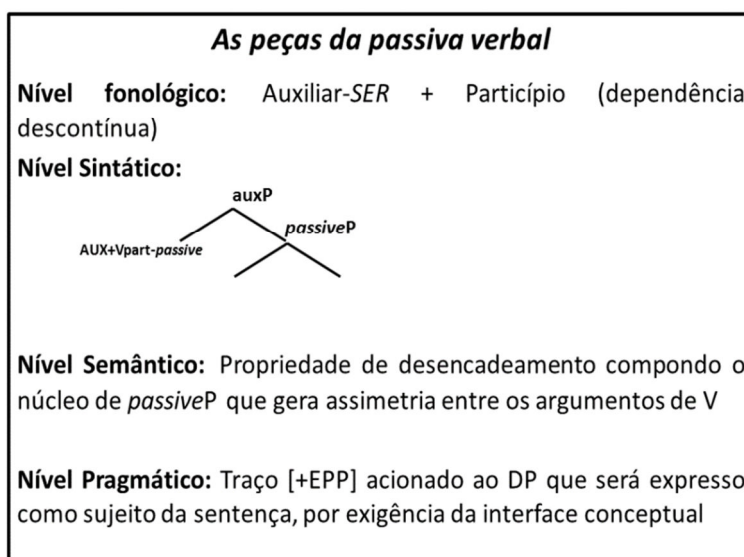


Figura 8: As propriedades definidoras da passiva;

